ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 571
6 de Dezembro de 1984

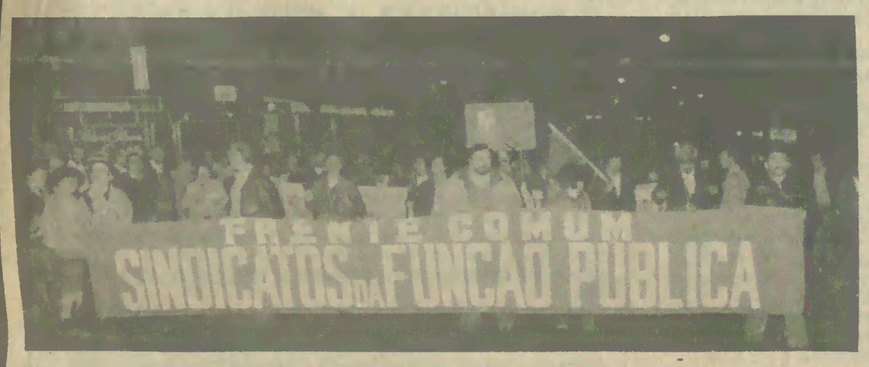
Preço: 30$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

A LUTA NÃO PÁRA!

O Governo não cairá por si próprio, devido às suas contradições internas. O factor decisivo para mudar de Governo e mudar de política **será a luta dos trabalhadores e do povo**. E a luta não pára (como o mostraram as jornadas dos dias 28 e 29 e o comprovará a manifestação do próximo dia 15), diversas nas suas formas e objectivos concretos, mas **convergindo num objectivo comum: a demissão do Governo Soares/M. Pinto.**



Manifestação da Função Pública: uma grande jornada

Ler na pág. 7 e no Suplemento

***Porto**: Pelo povo com o PCP*

Grandes Assembleias no Porto e no Algarve

● Minho: Assembleia nos próximos sábado e domingo

As Assembleias das Organizações Regionais do Porto e do Algarve (com a participação, respectivamente, de Álvaro Cunhal e José Vitoriano) constituíram importantes jornadas, bem reveladoras da **ligação às massas e do conhecimento das realidades,** assim como do **dinamismo e democraticidade que caracterizam a vida interna do PCP.**

Nos próximos sábado e domingo será a vez da Assembleia da Organização Regional do Minho, que contará com a presença de Carlos Costa.

Discurso no Porto de Álvaro Cunhal

A gravidade da situação: desastre da economia, ruptura financeira • A degradação das condições de vida e as ameaças à democracia e à independência • A política de recuperação capitalista, responsável da crise • As «24 medidas» do PS • A extrema fragilidade da coligação PS/PSD • A luta, factor determinante • As instituições não funcionam • Existem condições essenciais para a demissão do Governo • As eleições de 1985 • A política de unidade e o reforço do Partido.

***Algarve**: Pelo progresso do Algarve no caminho de Abril*

Ler nas págs. 4/5 e 6

Educação e ensino

UMA POLÍTICA INDEFENSÁVEL

● PCP interpela Governo na Assembleia da República

Estudantes manifestam-se frente ao Ministério da Educação: uma luta justa e mil e um problemas

Pág. 3

Suplemento

Que política externa é esta?

Págs. 4/5

CEE avoa, avoa tua casa não é Lisboa

Págs. 7/ 8/9

Págs. 12/13/14

FOME NO MUNDO

SEMANA

28
Quarta-feira

Pinochet encurralado

Muitos milhares de trabalhadores da Função Pública manifestam-se nas ruas de Lisboa exigindo a reabertura de negociações para a revisão salarial e repudiando a proposta do Governo de aumentos de 15% ■ A Comissão Coordenadora dos Gestores Eleitos das Empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) apresenta aos jornalistas alguns casos concretos que ilustram a corrupção existente na gestão das empresas públicas, explicitando casos nomeadamente no Banco Português do Atlântico, Quimigal, EPSI, Banco Totta e Açores, Fonsecas & Burnay, Companhia Nacional de Petroquímica (CNP), Metropolitano de Lisboa, Banco Pinto e Sotto Mayor e CTT/TLP ■ Inicia-se a «cimeira» PS/PSD para tentar contornar as divisões que dilaceram o «bloco central»; para já o PS apresentou um documento ao seu parceiro a exigir «clarificação» ■ No Chile o regime fascista de Pinochet cancela todas as credenciais à imprensa estrangeira, passa a submeter à censura os despachos dos correspondentes e ordena o patrulhamento militar da capital, Santiago do Chile, quando decorre o segundo dia da 12.ª jornada de protestos contra a ditadura fascista

29
Quinta-feira

Os apupos de Vila Real

Milhares de pessoas concentradas junto aos Paços do Concelho de Vila Real vaiam o primeiro-ministro, Mário Soares, o ministro da Educação, Augusto Seabra, e outros membros do Governo, quando estes se dirigiam para a cerimónia de atribuição da medalha de ouro da cidade ao primeiro-ministro holandês Ruud Lubbers; na concentração eram visíveis numerosas representações de estudantes, professores e agricultores da região, cujas delegações o primeiro-ministro se recusou a receber ■ Em comunicado, o PCP acusa Mário Soares e a direcção do PS de estarem a tentar «adiar a morte da coligação à custa de novos crimes contra a economia e os interesses nacionais, de novos ataques às condições de vida e de novos atentados aos direitos e liberdades dos portugueses» ■ Segundo o movimento sindical unitário, 95 000 trabalhadores participaram hoje em dezenas de acções de luta realizadas nos distritos de Lisboa e Setúbal em defesa das suas reivindicações e exigindo a demissão do Governo Soares/Mota Pinto

30
Sexta-feira

O Conselho da Comunicação Social confirma que a RTP transmitiu ilegalmente programas de propaganda do Governo em obediência a instruções directas do secretário de Estado Anselmo Rodrigues; os programs em causa, «Abertura do ano lectivo» e «Habitação em Portugal», surgiram após o teiejornal das 20.00 e sem menção da entidade responsável pela sua produção ■ Continua a «dança» das negociações PS/PSD: após um documento de exigências PS, o PPD/PSD entrega aos socialistas o seu «caderno reivindicativo», sob a forma de um outro documento ■ Representantes da comunidade negra nos EUA estão a manifestar-se diariamente diante da embaixada do regime racista sul-africano em Washington, protestando contra o «apartheid» e o apoio da administração Reagan aos racistas; a polícia já deteve diversos dirigentes negros ■ As autoridades nicaraguenses exprimem apreensão pela presença na América Central de 90 000 soldados norte-americanos, envolvidos em manobras militares nas Honduras e no Mar das Caraíbas.

1
Sábado

Ao concluir o balanço da jornada de luta da passada quinta-feira, que mobilizou dezenas de milhares de trabalhadores em diversos sectores de actividade e 16 distritos do continente, a CGTP-IN reafirma a sua disposição de intensificar a luta dos trabalhadores e, particularmente, as acções de massas pela demissão do Governo ■ Através de decreto, o regime fascista chileno convoca reservistas para reingressarem nas FA, invocando a necessidade de reforçar o combate contra a «subversão» e o «terrorismo», o que, em termos concretos, traduz as dificuldades que o regime sanguinário de Pinochet está a ter em enfrentar o movimento popular antifascista ■ O rei Hussein da Jordânia e o presidente Mubarak do Egipto reafirmam, no Cairo, o seu apoio às fórmulas para o Médio Oriente e rejeitadas pela Organização de Libertação da Palestina (OLP), já que estas apontam a questão palestiniana apenas como um caso de refugiados.

2
Domingo

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, afirma no comício de encerramento da primeira Assembleia da Organização Regional do Porto do PCP que «em vez da recuperação económica o País está a ir ao fundo» e que «já é tempo de encarar a sério os problemas nacionais e acabar com esta política e com este Governo que na realização dos seus planos é de real ferocidade, mas que, na sua conduta quotidiana, se está tornando um autêntico governo de opereta» ■ O comandante do Exército boliviano, general Jose Olvis Arias, desmente em comunicado oficial estar implicado numa conspiração para o golpe de Estado contra o processo de democratização do país ■ Morreram cerca de 300 pessoas nos últimos três dias no centro e norte do Sri Lanka em consequência de acções de grupos separatistas tamules reprimidas pelo Exército de Colombo; o número não inclui as baixas sofridas pelas tropas governamentais ■ A imprensa soviética classifica o comunicado distribuído após a visita do chanceler da RFA, Helmut Kohl, a Washington como «anti-soviético, militarista e contrário à realidade territorial e política europeia».

3
Segunda-feira

Olof Palme

Em carta pastoral, o cardeal patriarca de Lisboa alerta que «só na cidade de Lisboa residem, em condições de sobrelocação, cerca de 26 000 famílias» e, «conforme estimativa oficial recente, cerca de 40 000 habitantes moram em barracas», criticando este estado de coisas e a corrupção e as grandes negociatas na construção civil e nos negócios de terrenos que se fazem à sombra da situação ■ O navio «Hess» da Armada dos EUA encontra-se no estaleiro da Lisnave, para reparação, no âmbito de um contrato assinado no ano passado entre a empresa portuguesa e a marinha de guerra norte-americana ■ Segundo o «Pravda», as negociações entre a União Soviética e os EUA, cujo início está previsto para o próximo mês de Janeiro, devem ter como objectivo a desmilitarização total do espaço; entretanto os 22 membros da Comissão Internacional sobre o Desarmamento e os Problemas de Segurança – cujo presidente é o primeiro-ministro sueco Olof Palme – criticam em Chicago o projecto de sistema de armamento do espaço do presidente Reagan que, em sua opinião, constitui «uma militarização».

4
Terça-feira

Uma interpelação do PCP ao Governo sobre política educativa, durante o plenário da Assembleia de República, pôs em evidência aquilo que o País conhece, com excepção do ministro de Educação e do Governo: a educação está num caos ■ Um vespertino torna público mais um verdadeiro escândalo: banca nacionalizada financia em cerca de 300 mil contos o jornal fascista «O Dia» ■ Termina em Dublin mais uma cimeira da CEE; no comunicado final não surge qualquer referência ao processo de adesão de Portugal e Espanha à Comunidade ■ Fuga de gás tóxico numa companhia americana sediada na Índia causa, até ao momento, 1200 mortos.

Editorial

A UNIDADE E A LUTA

Uma semana política recheada de sucessos significativos acaba de passar. A sua leitura mostra que as posições e a força real do Governo PS/PSD se debilitaram enormemente e que o movimento popular e democrático em luta aberta contra ele se tornou mais vasto, unido, combativo e forte.

Sem dúvida, a crise política marcou profundamente a natureza e a cadência dos acontecimentos dos últimos dias. Os que se desenham na perspectiva poderão assumir importância decisiva nos dias imediatos.

Na origem e na aceleração deste processo de degradação política está o constante agravamento da crise económica, financeira e social com pronunciadas incidências morais.

A crise global que se agudizou nos últimos oito anos foi levada a uma dimensão sem precedentes sob a administração PS/PSD.

O agravamento dos últimos dias confirma de maneira clara a justeza das previsões e prevenções do PCP e dá inteira razão e força política às propostas dos comunistas portugueses para a saída da crise.

Como é do conhecimento público, na reunião de 26 de Novembro, o Comité Central do PCP pôs em destaque os traços característicos fundamentais do momento presente.

Na base do que apontou sobressaía como questão inadiável a tarefa de salvar do desastre a economia do País e de uma iminente ruptura o sistema financeiro.

Como condição essencial de travagem e inversão da rota de descalabro prosseguida pelo Governo Soares/Mota Pinto urgia — e urge — pôr fim imediato às ofensivas contra-revolucionárias, garantir os limites dos sectores consagrados na Constituição.

Pôr termo a uma situação social insustentável, deter a degradação da vida democrática e a alienação da independência nacional por efeitos da política de capitulação ante os monopólios e o imperialismo, tornou-se, além disso, uma categórica exigência do momento actual.

Ao mesmo tempo, perante atropelos constantes da legalidade democrática pela coligação governante, pela sua deliberada política de afrontamento institucional, impõe-se assegurar a defesa e o funcionamento regular das instituições.

É por todo este conjunto de factores, entre outros, que a demissão do Governo PS/PSD, de Soares e Mota Pinto, se torna cada vez mais imperiosa e urgente.

O CC do PCP concluía que uma alternativa democrática é necessária e possível e que a luta e a unidade do povo são as armas de Portugal de Abril, as armas que conduzirão à vitória.

Poucos dias passados, novos factos vieram reforçar de maneira concludente as apreciações, os argumentos e as decisões da Resolução Política de 26 de Novembro.

As conclusões são justas. O caminho para a superação da crise torna-se mais claro.

O espectáculo pouco edificante dos conflitos, tricas e tensões no interior da coligação PS/PSD, revelados aos olhos do grande público no decurso do mês de Novembro, atingiu o cúmulo nos últimos dias com as «cimeiras» entre os dois parceiros da arrombada barca governante.

São «cimeiras» de baixa política.

No desbobinar da intrigalhada, nas acções de tocaia e nas manobras de mútua chantagem dos dois partidos coligados, veio a lume, com clareza palmar, o carácter safado e reaccionário dos conluios anteriores e actuais entre o PS e o PSD e pessoalmente entre Mário Soares e Mota Pinto.

Sem dúvida são episódios de incomensurável grotesco. Como justamente comentou Álvaro Cunhal no Porto este Governo «de real ferocidade na realização dos seus planos está-se tornando um governo de opereta».

Contudo, a natureza e o alcance dos compromissos assumidos pelos barões da coligação, expressos no documento público de 5 pontos, do PS, onde se resumiam as celeradas «24 medidas» com prazo marcado, base da «renegociação» do acordo entre os dois comparsas do Poder, mostram — como também afirmou o secretário-geral do PCP no Porto — que estamos perante «uma autêntica plataforma inconstitucional, ilegal e subversiva para completar a contra-revolução a curto prazo».

Vê-se que o «segredo dos deuses» não resistiu às ambições dos homens e saltou para a praça pública.

Como todos verificaram, a descarada operação «charme» de Mário Soares, em fins de Outubro, por feudos que se incluem nas ambições do PSD, de um Soares preocupado com a queda vertical da sua popularidade com vista às presidenciais, provocou a irritação e acendeu o pânico eleitoralista dos seus comparsas de coligação.

Desde o «Dia de Finados» e até à reunião do Conselho Nacional, em Viseu, as comissões distritais do PSD na quase totalidade, a começar pelo Porto, desceram a terreiro e vieram declarar que em nenhuma circunstância apoiariam ou votariam, quer numa primeira ou numa segunda volta, a candidatura de Soares às presidenciais.

A contestação foi tão forte que o próprio Mota Pinto, secretamente comprometido com Soares, se viu obrigado a gritar em Viseu com os contestatários: «Soares nunca!».

É então que o povo português toma conhecimento, depois de uma alarmada reunião do estado-maior do PS, da surpreendente carta da Comissão Permanente socialista ao PSD.

A enunciação e a calendarização das «24 medidas» da carta do PS revelam que para o futuro este partido se propõe assumir a responsabilidade directa do plano subversivo da reacção contra a democracia e o 25 de Abril em troca do apoio do PSD à candidatura de Soares.

É bom que os socialistas ciosos das liberdades conquistadas em Abril se debrucem sobre o teor das «24 medidas» propostas ao maior partido da direita pelos dirigentes máximos do seu partido e daí retirem as necessárias conclusões.

É uma consabida verdade que as forças reaccionárias portuguesas e os seus aliados imperialistas sempre viram, desde os dias difíceis de 75, a importância de uma liderança de fachada do PS do processo contra-revolucionário.

A política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista implicava medidas necessariamente antipopulares e o prestígio «socialista» de Mário Soares ofereceria, nos projectos da direita, um anteparo valioso contra o descontentamento popular.

Soares nem precisava ser ganho para o projecto, porque estava com ele. As suas íntimas relações com os círculos do grande patronato e do imperialismo, agora mais às escâncaras nesta fase da ofensiva contra-revolucionárias, garantia uma leal execução da política de destruição de Abril.

Nos ínvios tratos das últimas «cimeiras» dos barões da coligação PS/PSD não é possível esquecer a enigmática resposta dada o ano passado pelo engenheiro Vasco de Mello — sobrinho dos Mellos da antiga CUF e administrador de várias das suas empresas, destacado dirigente da CIP — a um repórter da TV.

Pergunta do repórter: **«Não acha que seria melhor, mais vantajoso no momento actual, para levar por diante as reformas de fundo preconizadas pela CIP, estar à frente do País um Governo centro-direita do tipo "AD"? ».**

Resposta pronta de Vasco de Mello **com um sorriso arteiro: «De modo nenhum. É de toda a vantagem que medidas necessariamente impopulares sejam implementadas por um Governo chefiado pelos socialistas.».**

A analogia entre estas «sábias» palavras de Vasco Mello e as reacções actuais dos chefes do PSD à carta das «24 medidas» do PS tem inteiro cabimento.

Logo depois da primeira «cimeira» de Novembro entre o PS e o PSD, o antigo ministro da «conspiração dos pregos», Ângelo Correia, comentava sorridente que afinal as medidas do «ultimato» do PS eram nem mais nem menos do que as que o PSD de há muito reclamava do seu parceiro da coligação, inscritas no compromisso constitutivo entre os dois partidos.

Torna-se claro que sob a capa de um pretenso «ultimato» de Mário Soares e do PS o que está implícito na carta da «Comissão Permanente» é uma completa cedência às exigências mais reaccionárias do seu parceiro de coligação.

Compreende-se porquê, agora, os chefes do PSD fingem «aceitar» o «ultimato» do PS, estar de acordo com as «suas» exigências de reformas e medidas estruturais a prazo e, velhacamente, deixem o PS tirar do lume as castanhas da nova ofensiva contra-revolucionária em projecto.

É evidente que as forças reaccionárias passando para as mãos do PS as castanhas quentes, buscam três objectivos: passar a curva mais complexa e difícil da ofensiva contra-revolucionária; destruir o PS como força «alternante» do seu domínio do poder político, e... quebrar no espírito das massas o prestígio e a ideia do socialismo.

Não por acaso o presidente do PSD da Madeira, Alberto João Jardim — um «reserva» da manobra presidencialista dos sociais democratas — dizia há poucos meses que as desgraças actuais do povo português são o resultado... de dez anos de socialismo!

Dez anos de «socialismo», cinco dos quais sob a direcção exclusiva ou compartilhada do partido de Alberto João, mais quase um ano sob a direcção do seu actual presidente Mota Pinto e da corresponsabilidade do antigo PPD, agora PSD, e de Sá Carneiro nos governos provisórios! E o resto sob a direcção do «socialista» Mário Soares!...

A dança das «cimeiras» dos dois parceiros do Governo e a troca de propostas e contrapropostas, podem dar a ilusão de que a coligação PS/PSD tem ainda força política e institucional bastante para dirigir no momento actual os destinos do País.

É falso. A coligação governante tem hoje uma influência política e uma base de apoio social e eleitoral deteriorada e minoritária.

O Governo Soares/Mota Pinto é no momento actual uma clique de gente reaccionária e incompetente, empenhada no afrontamento das instituições e na destruição do regime democrático.

É um Governo podre, cuja acção atrabiliária e desestabilizadora cai sob a alçada das instituições. Nenhuma tentativa de «remodelação» o pode salvar.

Está podre mas seria contudo uma perigosa ilusão pensar que cairá por si.

Só a luta o fará cair. só a luta — a luta firme, organizada e unida das massas populares — pode, nas condições actuais, fornecer o indispensável respaldo político para as necessárias decisões institucionais que conduzam à urgente demissão do Governo, à formação de um governo de salvação nacional, de um governo de gestão, e à realização de eleições legislativas antecipadas.

As poderosas lutas de massas das últimas semanas abrem insanáveis «buracos» na base de apoio da coligação PS/PSD.

A classe operária do Norte, do Centro, do Sul; os trabalhadores do litoral industrializado e das zonas interiores erguem um protesto generalizado, contra a política do Governo, contra a miséria, o desemprego, os salários em atraso, a cavalgada do custo de vida.

No amplo contexto deste descontentamento e luta as poderosas acções dos agricultores do Norte e Centro do País mostram, em áreas tradicionais de domínio da reacção, que nelas amadurece também a consciência da urgente necessidade de uma mudança de Governo e de política.

As importantes greves, desfiles e concentrações de 28 e 29 de Novembro e a semana de luta dos agricultores de 18 a 24 do mesmo mês são grandes manifestações de unidade e acção com influência determinante nas grandes soluções políticas.

A grande manifestação popular marcada para o próximo dia 15 em Lisboa constituirá sem dúvida um novo e importante passo em frente para se atingirem os objectivos fundamentais actuais do movimento popular e democrático.

Concelho de Sesimbra

No passado domingo realizou-se no Centro de Trabalho do PCP local a 1.ª Assembleia da Organização da **Quinta do Conde**, onde foi aprovado o relatório da comissão local cessante e eleita a nova. Foram, naturalmente, discutidos os objectivos para 1985, entre os quais o de mais 20 novos militantes para o Partido. Um camarada chamaria a atenção para a campanha em curso, a nível nacional de mais 10 000 novos militantes para o Partido (que terminará este ano), considerando que os resultados até agora obtidos na Quinta do Conde não são inteiramente satisfatórios. Logo ali uma jovem amiga do Partido, presente nos trabalhos, fez a sua inscrição, ficando patente como às vezes se perdem as melhores oportunidades de abordagem.

No dia anterior, a 1 de Dezembro, a Comissão Concelhia de **Sesimbra** do PCP promoveu uma sessão sobre a CEE e as pescas, tendo este último tema aberto, naturalmente, a discussão para a questão da Mútua dos Pescadores.

Entretanto informa-se que se realizará no próximo dia 8, na **Sociedade Musical Sesimbrense**, pelas 15 horas, um **plenário de quadros** que contará com a presença de Carlos Ramildes, da Comissão Política do CC do PCP. No dia seguinte, a 9 de Dezembro, terá lugar pelas 14 e 30, no espaço cultural da **Junta de Freguesia de Santiago** do Cacém uma **reunião de mulheres comunistas**, onde estará Conceição Morais, suplente do CC do PCP. Informa-se igualmente que a 1.ª Assembleia de Organização Local da **Maçã**, marcada para 9 de Dezembro, **foi transferida para 16 de Dezembro, às 15 horas.**

Plenário da Concelhia de Coimbra

Para análise da situação social e política do Concelho, reuniu no passado sábado o plenário da Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, constatando os profundos reflexos da política do Governo na degradação das condições de vida das populações e no funcionamento das instituições.

Foi feito igualmente um balanço das lutas desenvolvidas no âmbito do Concelho. Assim concluiu-se serem traços marcantes, da actual situação, o seguinte: **no plano económico e laboral**, a aceleração do processos de falência, asfixia financeira e encerramento de empresas industriais (LUCICOR, BAYER) e de numerosos estabelecimentos comerciais, o agravamento do problema dos salários subsídios em atraso, a inoperância da Secretaria de Estado do Emprego nomedamente na questão da atribuição de subsídios; **no plano agrícola** a crescente descapitalização de inúmeras empresas agrícolas devido aos aumentos dos factores de produção e das rendas de terra, às doenças e abates de gados, ao não pagamento de subsídios e dívidas por parte do Estado e indústrias transformadoras, às dificuldades de escoamento de produtos a preços compensadores; **no plano autárquico** o descrédito crescente do executivo municipal, tornando-se clara para um número cada vez mais numeroso de munícipes a falta de cumprimento das promessas feitas e a incapacidade real da Câmara satisfazer as necessidades das populações.

O plenário sublinharia que «face a toda esta situação, o Povo do concelho de Coimbra manifesta uma crescente disposição de luta», evidenciada nas recentes movimentações populares.

Maria Lamas evocada em Almada

«... mulheres do meu país, vítimas milenárias de erros milenários que, apesar de tudo, continuam a ser as obreiras da vida». São palavras de Maria Lamas, escritas a propósito do seu livro «As Mulheres do Meu País». O livro, publicado em 1950, é ainda hoje o único grande desfolhar do que era (e é) a vida da maioria das mulheres portuguesas; ela, deu-lhe anos (todos os anos?) da sua vida.

Morreu há um ano – faz hoje um ano. Oitenta e tantos anos e quase outros tantos de luta, de verticalidade moral e intelectual vão ser hoje mesmo homenageados na Biblioteca Municipal da cidade de Almada (que vai ter também a sua Rua Maria Lamas) com uma exposição documental, a inaugurar às 21 horas, e um acto evocativo de que participarão Helena Neves, directora da revista «Mulheres», e os responsáveis autárquicos.

Plenário da Distrital de Beja

Reunindo a 1 de Dezembro último, o plenário da Comissão Distrital de Beja do PCP procederia a uma profunda análise da situação social, económica e política do Distrito.

Assim, constatou-se que «a política desastrosa seguida no País, desde 1976, prosseguida e agravada pelo Governo PS/PSD de Mário Soares/Mota Pinto provoca a degradação acelerada da situação económica e social, arruina os sectores fundamentais da nossa economia, aumenta o desemprego, a fome e a miséria generalizada».

A comissão distrital concluiu também que «a continuação dos ataques à Reforma Agrária, a paralisação do Projecto do Alqueva, a perspectiva de hipotecar aos interesses do imperialismo as Pirites Alentejanas, a degradação dos serviços de saúde, nomeadamente o encerramento dos serviços de urgência e outros fundamentais à manutenção da saúde pública nos hospitais e Centros de Saúde do Distrito, ficando vastas regiões sem um único médico ao fim-de-semana, o encerramento do ramal de Moura pela CP, são apenas alguns exemplos que ilustram os malefícios da política anti-popular do Governo PS/PSD de Mário Soares/Mota Pinto».

Revista Internacional

Encontra-se em Praga uma delegação do PCP composta por Carlos Aboim Inglês e Domingos Lopes, respectivamente membro e membro suplente do Comité Central, para participar na Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários para examinar os trabalhos da Revista Internacional nos últimos 3 anos e perspectivar o próximo triénio.

Amílcar Cabral

A convite do CC do PAIGC, partiu para Bissau, onde representará o PCP na Conferência Internacional sobre a Personalidade Política de Amílcar Cabral, o colaborador do CC do PCP Álvaro Mateus.

Solidariedade com J. M. Tengarrinha

A SIP do PCP divulgou na passada segunda-feira uma nota na qual se classifica a tentativa de afastamento de José Manuel Tengarrinha da Faculdade de Letras de Lisboa, «quaisquer que sejam os pretextos invocados», como «uma mal disfarçada operação de saneamento político de um professor cuja competência não sofre qualquer contestação».

Afirma-se ainda na nota: «O PCP associa-se aos protestos que tal situação está a suscitar e acompanha a exigência expressa, nomeadamente pelos estudantes e as estruturas associativas da FLL, de que não seja concretizada, a bem dos interesses reais da Universidade portuguesa».

Sublinhe-se que a tentativa de saneamento está a suscitar a oposição frontal e unânime dos alunos daquela Faculade, nomeadamente do curso de História, tendo já sido concretizadas diversas acções, incluindo a greve, de solidariedade para com José Manuel Tengarrinha.

Sábado, no LNEC
Siderurgia em debate

O **Plano Siderúrgico Nacional e o desenvolvimento económico** constituem o tema de um seminário a decorrer no próximo sábado, dia 8, nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, por iniciativa da **revista de economia EC**.

As razões deste debate prendem-se com o facto de haver quem defenda o estrangulamento da siderurgia portuguesa quando (como já por diversas vezes foi denunciado publicamente), equipamentos e acessórios completamente novos no valor de dezenas de milhões de contos estão não apenas desaproveitados, como votados ao mais completo abandono.

Com efeito existem hoje na fábrica do Seixal, em Paio Pires, acumulados em armazém ou ao ar livre, caixotes de máquinas mais ou menos sofisticadas, de refractários, de estruturas metálicas e de equipamentos que terão de começar a ser pagos em 1985 e que começam a esta fora dos prazos de garantia estabelecidos contratualmente com os fornecedores.

No decorrer do seminário — cujos promotores pretendem que venha a ser um espaço de diálogo e de busca de caminho e alternativas que melhor sirvam a empresa, os seus mais de seis mil trabalhadores e o País — serão abordadas a situação da Siderurgia e do sector em todos os domínios e ainda os aspectos relacionados com a expansão (financiamento e balança de pagamentos, participação nacional no projecto e formação de pessoal).

Durante o debate, segundo se prevê, serão ainda analisados os efeitos a montante e a juzante noutros sectores designadamente a indústria extractiva, fabricação nacional de peletes, indústria naval, metalomecânica, transportes, trefilaria e construção civil.

Actividades do MDM

As mulheres do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) da cidade de Lisboa promovem no próximo dia 9, pelas 21.00 h, no Café Teatro da Comuna, um espectáculo sob o lema **«A Mulher, pela Paz»**. Participarão Maria Guinot, José Jorge Letria, Io Apoloni, Nuno Gomes dos Santos e Francisco Ceia. Haverá poesia com Manuel Branco, sendo o guião do espectáculo de Manuela Mota.

Entretanto realizou-se no passado domingo no salão da «Lourocoope» (Aveiro) um colóquio promovido pelo MDM e subordinado ao tema «Os problemas das mulheres, o MDM e os seus objectivos». Participam Maria José Gomes, do Secretariado Nacional do MDM, e Maria Manuela Silva (Vaz Serra), da sua Direcção Nacional.

Camarada falecido

Vitor Hugo Espada

Com 71 anos, faleceu no passado dia 15 o nosso camarada Vitor Hugo Espada, vítima de doença. Residia em Vila Nova de Ourém, donde era natural e onde exercia actividade comercial.

A organização do Partido naquela localidade do distrito de Santarém tinha no camarada Vitor Espada um elemento dedicado, sempre pronto na ajuda ao Partido.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908 699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra. Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750 – *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem média do mês de Novembro: 39 507 ex.

Assembleia da República

Interpelação ao Governo sobre uma política indefensável

A interpelação do PCP ao Governo sobre política educativa não deu luta, pelo menos no primeiro dia dos debates. O ministro Seabra, que tardou em aparecer nas bancadas governamentais, chegou acompanhadíssimo. Muitos ministros e secretários de Estado ali estiveram para o amparar. E houve mesmo claque. Uma dezena de pessoas, sentadas na galeria das personalidades, não deixou de aplaudir uma tirada do ministro — afirmando a pés juntos que era português, do que de resto ninguém duvidava antes. Aplausos não para a política, que a política educativa andou o mais arredada possível do discurso ministerial. Com indulgência, o Presidente da AR não admoestou a atitude da claque — não se tratava visivelmente de trabalhadores com salários em atraso — e não mandou evacuar a galeria. Mas provava-se assim que o ministro bem precisava de claque. Porque os aplausos do PSD foram raros e os do PS nulos.

Se a interpelação não deu luta, não foi porque o partido interpelante — o PCP — não houvesse trazido ao hemiciclo inúmeras questões concretas. Muitas vezes sob a forma de acusações, mas sempre baseadas em factos reais e comprovados, resultado não só do conhecimento que os deputados comunistas têm da situação do ensino em geral como do largo e profundo trabalho preparatório que precedeu a interpelação e que envolveu não só os deputados como, em muitos contactos e viagens, a contribuição dos interessados, por todo o país. Estudantes, professores, conselhos directivos das escolas, técnicos de ensino, autoridades universitárias, autarquias levaram ao conhecimento dos deputados um sem número de questões e de problemas que permitiram ao PCP classificar como caótica a situação do ensino em Portugal.

É que o panorama é mesmo negro. E desde a primeira intervenção do PCP, feita por Jorge Lemos, que acentuou ter sido a interpelação sucessivamente adiada pelo Governo, quem assistiu esperou que o Governo respondesse, como lhe era solicitado, «pela degradação a que tem conduzido o sistema educativo em Portugal, de que é exemplo significativo o estado caótico em que se iniciou o presente ano lectivo, com dezenas de milhares de alunos sem aulas, dezenas de escolas sem condições para abrir, professores e funcionários por colocar, escolas transformadas em armazéns de alunos sem o mínimo de condições pedagógicas de funcionamento».

Por seu lado, Paulo Areosa, o segundo deputado comunista a intervir, chamou a atenção para o facto de os debates terem lugar «no final de um período escolar assinalado por uma intensa movimentação estudantil», resultado de uma política governamental que não tem em conta os interesses e aspirações dos jovens, realçando por outro lado a amplitude do movimento estudantil contra tal política, expressa na última luta universitária pela adesão massiva dos estudantes.

Luísa Cachado, cuja intervenção se centrou sobre as condições de vida dos professores, sublinhou que, neste capítulo, «a situação atingiu também situações catastróficas devido à acção desastrosa do Governo PS/PSD».

Por fim, Rogério Fernandes, advertiu para o facto de «o sistema de ensino caminhar a passos largos para a derrocada», respondendo, ao longo da sua intervenção, a duas questões colocadas logo de início: «qual a política necessária e qual tem sido a política praticada». Não ficou, pois, sem alternativa a crítica vigorosa feita pelo PCP. Os comunistas não se limitaram a apontar os males de uma política, mas a anunciar-lhes os remédios.

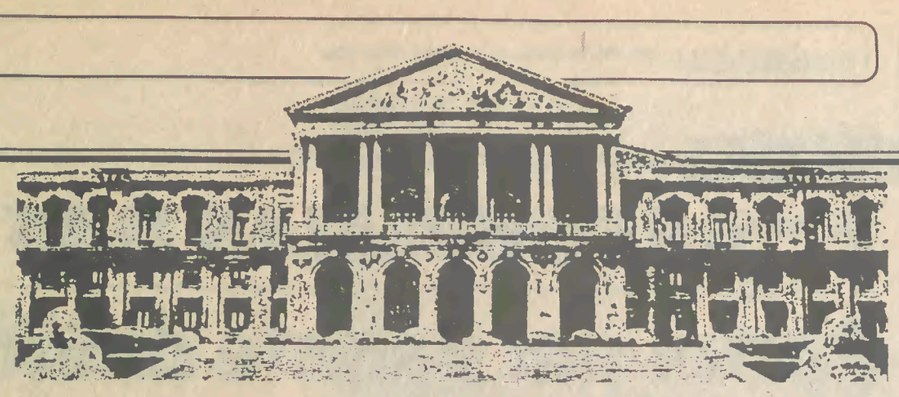
O mesmo se não pode dizer do ministro. Se desta vez não apareceu agressivo e arrogante mas antes jogando à defesa, não só procurou iludir os problemas, as críticas e as questões colocadas, como se ocupou a tecer «uma cortina de nevoeiro verbal», como sublinharia Rogério Fernandes comentando a intervenção de Seabra. «Quando fala o ministro da Educação de Portugal?», perguntou o deputado comunista.

Seabra falou longamente. E disse pouco, como notou César Oliveira, da UEDS. Não disse nada de novo, notou João Corregedor do MDP. Até uma deputada do PS, ex-secretária de Estado do ministro, se levantou para mostrar que recusa a «visão idílica e apologética» de Seabra.

Então que disse ele? Falou da CEE para concluir que lá fora ainda é pior; acusou de ser intenção do PCP «dividir a coligação»; quis ditar as regras de uma «boa» interpelação; e, sobretudo, depois de se desculpar com a política de antes — chegando ao ponto de ir buscar as raízes da crise ao tempo do fascismo —, pretendeu mostrar que os ministros da OCDE acham que ele, Seabra, faz boa política. A gente é que não sabe. O descaramento chegou ao cúmulo de, se houve «excepções» na abertura de escolas no princípio do ano, se ficou a dever à resistência de conselhos directivos, a casos de fogo posto e de bombas!

Carlos Brito, chamando a atenção para as contradições do ministro — anunciou que não vai apresentar uma Lei de Bases quando tal foi promessa do Governo! —, estranhou que Seabra fale aos peritos da OCDE como ministro português e aos deputados portugueses como ministro da OCDE.

De facto, respostas não houve. Porque a política seguida é simplesmente indefensável.



Jorge Lemos: O «consenso» passa pela demissão de Seabra

No âmbito dos trabalhos preparatórios desta interpelação, os deputados do Grupo Parlamentar do PCP tiveram oportunidade de percorrer os distritos de Norte a Sul do País, de visitar centenas de escolas, desde a educação infantil ao ensino superior, passando pelos ensinos primário, preparatório e secundário. Ao longo de todas estas visitas, em contacto directo com professores, estudantes e pais (mau grado as indicações ministeriais dadas a responsáveis pela gestão de estabelecimentos escolares no sentido de que nos não fossem prestadas informações) pudemos fazer um exaustivo levantamento dos problemas e constatar a unanimidade quanto ao repúdio pela política praticada pelo Ministério da Educação e a reclamação instante de que ela fosse urgentemente alterada. Uma tal coincidência de pontos de vista, deveria levar o senhor José Augusto Seabra a tirar as necessárias ilações e a compreender que o «consenso» que ele diz defender para o sistema educativo passa, em primeiro lugar, pela sua imediata demissão!

É hoje evidente que a política do Governo PS/PSD para o sector da Educação não só não tem resolvido os problemas como os tem vindo a agravar. E os indicadores sectoriais aí estão para o demonstrar.

No domínio do combate ao analfabetismo e das garantias de educação permanente que, nos termos da Constituição, deveriam constituir prioridade da acção governativa, verifica-se uma redução de verbas, em termos orçamentais, assiste-se à paralisação, por responsabilidade da maioria governamental, das actividades do CNAEBA, não se implementam as medidas constantes do Plano Nacional de Alfabetização, curando o Governo apenas de colocar, com total desrespeito pelas disposições legais em vigor, pessoal da sua confiança política à frente dos organismos coordenadores distritais, como ainda recentemente se verificou no distrito de Santarém. Por outro lado não podem deixar de ser encarados com preocupação dados tornados públicos que denotam uma crescente procura de cursos de alfabetização por parte de jovens com menos de 20 anos, o que surge como clara consequência da degradação e da falta de resposta do sistema às necessidades das populações em termos de escolarização.

Quanto ao ensino infantil, que nos termos constitucionais deveria ser assegurado pelo Estado através da criação de uma rede pública de estabelecimentos, preceito, aliás, já regulamentado em Lei da República — Lei n.º 5/76 — a situação não é melhor.

O ministro da Educação declara que este sector não é prioritário, não lhe atribui verbas, chegando-se ao ponto de haver a nível nacional cerca de 1000 lugares de educadores de infância por preencher e número aproximado de profissionais por colocar. Só ao nível dos distritos de Viana do Castelo, Bragança, Porto, Aveiro, Braga e Vila Real existem prontos a funcionar 352 estabelecimentos de educação pré-escolar e há 400 educadores de infância por colocar. No distrito de Coimbra estão por abrir 14 jardins de infância enquanto 30 dos 69 professores concorrentes aguardam ainda colocação. E os exemplos poderiam multiplicar-se a nível nacional. Uma tal actuação do Executivo é não só lesiva dos interesses das populações como não tem em conta o esforço financeiro realizado pelas autarquias que têm sido, na maior parte dos casos, os principais responsáveis pela construção de tais estabelecimentos de ensino.

Entretanto, o ministro vai-se desdobrando em dislates sobre este sector de que é paradigma a sua declaração de que, investir na educação pré-escolar não seria prioritário já que, dado o elevado grau de desemprego feminino, as mães poderiam ficar em casa a tomar conta dos filhos! A afirmação dispensa comentários!

(...) A degradação dos serviços da acção social escolar é outro dos traços característicos da política governamental neste sector. Por um lado transferem-se para as autarquias, por decisão unilateral do Governo, as responsabilidades do domínio dos transportes escolares e da acção social escolar sem a transferência das verbas necessárias; por outro lado são restringidas as verbas para os apoios sociais aos estudantes e não são colocados nas escolas os funcionários necessários para o exercício de tais actividades. Neste momento, a carência de funcionários cifra-se na área de 390 para o ensino preparatório e 390 para o ensino secundário, o que tem levado a que não possam entrar em funcionamento numerosas cantinas escolares e não possam ser prestados aos alunos os apoios sociais a que (ainda) têm direito. E dizemos ainda devido ao facto de há mais de um ano não ser revisto o sistema de capitações.

Chegámos ao ponto de neste momento o escalão «A» já não abranger uma criança que seja filha de um trabalhador com o salário mínimo nacional!

Paulo Areosa: Esta política hipoteca o futuro

Na Universidade, as acções contra os aumentos de preços nas cantinas, por uma justa actualização dos montantes das bolsas e capitações, transformaram-se numa das maiores jornadas de luta estudantil após o 25 de Abril. (A amplitude do movimento, a determinação demonstrada, a adesão massiva dos estudantes aos objectivos e formas de luta propostos, claramente expressos na adesão à greve do passado dia 20, foram as causas decisivas para a obtenção de um significativo êxito, que não é demais realçar.) A suspensão da entrada em vigor da Portaria do ministro da Educação tem um inequívoco significado: o de uma importante vitória do movimento estudantil, um claro recuo do Governo.

(...) Não colhe, por ridículo, o argumento esgrimido pelo ministro da Educação de que o Estado gasta mais, em termos de apoio social, no ensino superior do que no secundário. Mas tal argumento põe a nu as intenções de quem o utiliza: nivelar os apoios do Estado pelo mais baixo, quando o que se exigiria era, no mínimo, precisamente o inverso.

E como confiar nos números oficiais, quando é o próprio ministro que reconhece, apesar de nada fazer para atalhar esta situação, que a má gestão e mesmo a corrupção estão instaladas em diversos serviços sociais?

Esta mesma política reflecte-se amargamente na vida de toda a Universidade portuguesa.

Enquanto a asfixia financeira é a perspectiva que paira sobre ela; enquanto, por exemplo, na Universidade de Lisboa, faculdades como a de Ciências ou Economia se debatem com gravíssimos problemas de instalações que põem em causa o seu normal funcionamento, faculdades como as de Direito ou de Letras não conseguem verbas para a contratação dos docentes necessários, os institutos superiores de Engenharia vêem degradar-se dia após dia a qualidade do ensino ministrado por não terem condições para pôr a funcionar laboratórios indispensáveis, as universidades privadas continuam a receber chorudos apoios do Ministério. É um verdadeiro escândalo!

(...) Mas não se ficam por aqui, os efeitos nefastos desta política.

Insiste-se numa política de remendos, de sucessivas experiências falhadas de que os estudantes são as eternas cobaias.

A questão do acesso à universidade é disso exemplo significativo.

Na linha da AD e de um outro ministro do PSD, o ministro Seabra insiste: novas alterações ao esquema de acesso se avizinham. Desta feita, em pleno ano lectivo, e à margem de todo o processo de aprendizagem anterior, sem tomar em conta as formas de avaliação aí praticadas.

Questionam-se e com razão os estudantes: afinal para que serve o 12.º ano? De preparação para o ensino superior? Como, se os novos exames de admissão nada terão a ver com os programas naquele ministrados?

Questionam-se também os alunos do ensino técnico-profissional, a quem *José Augusto Seabra prometeu a possibilidade de acesso ao superior*, em que condições vão concorrer a esses exames?

(...) Por tudo o que já foi dito, por tudo aquilo que demonstraremos ao longo desta interpelação ao Governo, a política PS/PSD para a Educação é profundamente antijuvenil. É sintomático que nem uma só organização de juventude se assuma na sua defesa. Mesmo as organizações juvenis dos partidos que apoiam o Governo tecem críticas e contestam a actuação do ministro.

(...) Como se pode incutir o gosto pelo estudo em escola onde os alunos são encaixotados em turmas de 40 ou 50, sem o mínimo de condições de aprendizagem? Com que vontade frequentam uma escola, os jovens sem condições para passar um intervalo, para conviver com os seus colegas, para praticar desporto, para desenvolver qualquer actividade cultural ou científica?

E que função educativa desempenham escolas, que por falta de segurança, de pessoal ou de condições de funcionamento, são diariamente invadidas por marginais que roubam e até, por vezes, espancam professores e alunos, que aliciam para o consumo da droga, que recrutam para a delinquência e para a prostituição, jovens desorientados pela confusão reinante ou desiludidos pela situação em que se encontram?

São situações reais a que a política educativa não é estranha.

E nada pode justificar uma política que facilita a existência e incentiva tais situações. Não há razões de ordem financeira que caucionem tão grande irresponsabilidade. Esta política hipoteca o futuro. É necessário travá-la, enquanto é tempo.

Luísa Cachado: O escândalo faz lei

(...) José Augusto Seabra, no dia 9 de Outubro, com a colaboração da RTP e num programa intitulado «Abertura do ano lectivo 84/85», afirmava que as aulas haviam começado sem problemas significativos.

A mentira, arma fácil da incompetência, não foi bastante para calar a opinião pública e decorrido um mês, da data oficial e fictícia da abertura do ano escolar, o ministro intensificava as pressões e ameaças, afirmando que iria instaurar processos de inquérito aos conselhos directivos das escolas que se mantivessem sem aulas ou em parcial funcionamento. Mais esta leviandade ministerial, provocou a apresentação do pedido de exoneração de alguns conselho, directivos que se consideraram incapazes de resolver os problemas da falta de pessoal auxiliar e administrativo, da degradação das instalações e equipamentos, da falta de segurança, da superlotação das escolas, da falta de docentes.

(...) Mas a acção e a omissão deste Ministério não pára e, às vezes, também obriga os professores a trabalhar, mesmo quando estes, por razões de saúde, o não podem fazer. Professores com graves afecções, têm visto indeferidos pedidos de redução de trabalho lectivo, sem que a junta médica, em muitos casos, faça quaisquer diligências no sentido de reconhecer os riscos que correm os docentes que são obrigados a assegurar um horário normal, quando se encontram manifestamente incapacitados.

É este o painel em que o professor tenta sobreviver, apesar da degradação salarial que o impede cada vez mais de se assumir como educador.

Um professor, que em 1975 ganhava, 7800$00 (letra J), hoje ganha em termos reais 5015$00.

Os professores perderam desde 1976 mais de 30% do seu poder de compra.

Enquanto se prepara a degradação deste sector profissional, o Governo pretende fazer aprovar nesta Assembleia uma proposta de lei que consolida os seus já chorudos vencimentos e prevê aumentos de mais de 50% para os deputados.

É um escândalo, mas o escândalo faz lei neste país.

No ensino pré-escolar são hoje cerca de 1000 os lugares de educadores de infância que se encontram por preencher devido ao congelamento, desde 1983/84, da portaria de criação de novos jardins de infância.

Fala-se de crise e o Governo fomenta o desemprego neste sector.

Fala-se da crise e o Governo deixa apodrecer milhares de contos em material e instalações que foram mandadas construir pelas autarquias.

Finalmente as novas freguesias

«Maioria» mostra medo de eleições

Finalmente, perto de meia centena de novas freguesias foram criadas pela Assembleia da República, num moroso processo que viu o seu epílogo com a votação final global, por unanimidade, na passada sexta-feira, na Assembleia da República. Demonstrando o franco receio de ver a imagem partidária atingida eleitoralmente, os partidos do Governo, PS e PSD introduziram uma verdadeira alteração à Lei da Criação de novas freguesias que manda realizar eleições nos três meses seguintes à criação das autarquias. Pretendem — e conseguiram mercê da maioria que dispõem no parlamento — fazer coincidir as eleições das novas freguesias com as eleições gerais autárquicas previstas apenas para daqui a mais de um ano.

O deputado João Abrantes, intervindo em declaração de voto, quis deixar bem claro que não cabe ao PCP «qualquer responsabilidade no arrastamento enviesado a que esteve sujeito todo o processo» de criação de novas freguesias.

«E mais: se hoje aqui estamos a concretizar as aspirações e desejos das populações, tal fica a dever-se às diligências do PCP que nunca abriu mão dos meios ao seu alcance para ver satisfeitos esses anseios».

Lembrando que desde Maio do corrente ano os projectos estavam em condições de ser votados, o deputado comunista afirmou:

«Então, a maioria PS/PSD apenas permitiu a votação na generalidade em plenário e requereu uma nova baixa à Comissão de Administração Interna e Poder Local para 'preparação da respectiva votação na especialidade a fazer no plenário da AR', estipulando o prazo de 31 de Maio para essa prática».

«O prazo expirou há seis meses e, não fora o requerimento do PCP, estaríamos à beira de inscrever no Guines este processo que esteve de quarentena cerca de 13 meses».

Abordando a questão do «adiamento» das eleições, por virtude dos aditamentos do PS e do PSD, que, somado ao atraso na aprovação dos diplomas impediram as novas freguesias de cerca de 18 meses de mandato, disse João Abrantes:

«Muito poderia, pois, ter sido feito em prol dessas populações e o PS e o PSD impediram que tal sucedesse com receio de se sujeitarem ao voto popular em cerca de uma centena de actos eleitorais, conscientes de que a política ruinosa de agravamento das condições de vida impostas ao povo português sofreriam aí pesada derrota. Fugiram e evitaram-no nessa altura, não conseguirão escapar à punição nas eleições autarquicas de Dezembro de 1985».

Emigração

O deputado do PCP, Custódio Gingão, fizera, antes, uma intervenção abordando a problemática de emigração, durante a qual teve a oportunidade de criticar uma decisão da Secretária de Estado que contrariou as disposições legais estabelecendo que o Conselho da Comunidade deve reunir anualmente em Portugal. Depois de ter sido ultrapassado o dispositivo legal, a revogação do mesmo constitui prova de que a responsável pela secretaria de Estado reconheceu a ilegalidade entretanto cometida de ter promovido três reuniões do Conselho em três países diferentes.

O deputado comunista haveria, durante a intervenção, de se referir aos aspectos mais graves da política governamental no tocante aos emigrantes portugueses. Levantou a questão da inexistência de um estatuto socio-profissional para os trabalhadores consulares e das represálias governamentais sobre o sindicato respectivo — dois trabalhadores foram recentemente despedidos, depois de exercerem durante cerca de vinte anos em embaixadas e consulados.

Acusando o Governo de não resolver os graves problemas da emigração criando conflitos com a comunidade, Gingão afirmou:

«Numa altura em que se preparam para regressar ao país milhares de emigrantes, cerca de 30 000 no caso da Alemanha, mais importaria que estes emigrantes encontrassem em Portugal condições para o seu estabelecimento.

«Contudo, com a crise económica e social que grassa no país, os emigrantes vêem-se obrigados a investir as suas poupanças em negócios pouco rentáveis, como é o caso da aquisição de restaurantes e similares que passados poucos meses são obrigados a encerrar ou então voltam novamente à agricultura donde há muitos anos sairam, vindo engrossar a elevadíssima percentagem de trabalhadores neste sector.

«Mas quantos Sr. Presidente e Srs. Deputados, não ficam no desemprego, ou são obrigados a reemigrar?

«As promessas feitas pelo Governo vão caindo no esquecimento. Para além de outros estão por realizar a Procuradoria do Emigrante, o Instituto de Apoio ao regresso do Emigrante, o Centro de Documentação sobe Emigração».

Camarate

Entretanto, na sexta-feira passada, uma proposta de resolução apresentada em nome do Governo pelo ministro Machete, solicitando à Assembleia que deliberasse a constituição de uma comissão de inquérito sobre o acidente de Camarate, foi aprovada por unânimidade. O deputado José Magalhães, esclareceu o sentido do voto favorável do PCP:

«É público e foi amplamente dissecado o relatório elaborado na legislatura anterior pela Comissão que com objectivo idêntico foi constituida há precisamente dois anos. Como pela nossa parte se sublinhou em declaração de voto referente a esse relatório e respectivas conclusões "nem a Comissão aprofundou de forma bastante a apreciação do vasto e contraditório conjunto de informações que obteve sobre o objecto do pedido de inquérito, nem lançou a luz necessária sobre comportamentos de entidades públicas em relação às quais emite juízos de censura, nem deixou suficientemente acautelada a sua utilização para leituras indevidas quanto às causas do sinistro de Camarate, podendo até facultar em certas passagens suspeições sem consistência». Isto se disse com razão em Abril de 1983.

«Cumpre hoje formular o voto de que os trabalhos da nova Comissão hoje constituída sejam de molde a legitimar juízo mais positivo no termo do seu mandato.

«É certamente indesejável que o País seja mantido perante um processo sempre pendente, excessivamente envolto em sombras, um processo em torno do qual ciclicamente se geram emotivas (ou frias) manipulações de factos, actos e documentos. Mas, em matéria de investigação e esclarecimento, **a cada um os seus deveres e responsabilidades**, quer se trate de órgãos de investigação criminal, quer de órgãos de soberania.

Rogério Fernandes: O sistema de ensino caminha para a derrocada

(...) É sentimento geral do povo português que o sistema de ensino caminha a passos largos para a completa derrocada. Os testemunhos – melhor diríamos: os protestos – chegam-nos de todo o lado. Acabamos de ouvi-los através da palavra dos meus camaradas.

Interpelando o Governo a este respeito, o PCP dá expressão ao sentir nacional e coloca os fautores dessa política desastrosa perante as responsabilidades que exclusivamente lhes cabem.

(...) Este Ministério e este Governo têm procedido, (...), adicionando novas dificuldades ao sistema de ensino e não solucionando nenhuma das já existentes.

Caracteriza-o, em primeiro lugar, o vazio total de quaisquer perspectivas de trabalho construtivo. Ao fim de ano e meio de permanência no poder, este Ministério confessa à Federação Nacional de Professores não ter quaisquer planos a discutir com os respectivos dirigentes. Assim tentava justificar-se de não os receber desde Agosto. Não pode haver talvez mais flagrante confissão de incompetência.

A incapacidade para identificar, sequer, os problemas centrais da Educação contrasta, contudo, com uma operosa actividade de manipulação da opinião pública. Ele é o ministro Seabra a camuflar um tempo de antena do Governo, numa operação vergonhosa que o Conselho de Comunicação Social já condenou. Ele são os artigos e entrevistas do mesmo ministro, declarando-se pronto a sair de «serviço», ao mesmo tempo que o vemos amarinhar pela escada de serviço. Ele é o despacho de louvor a dois alunos encontrados, por acaso, numa das suas digressões, esquecendo os outros milhares que fazem idênticos percursos. Ele é o compromisso de avaliação em estilística oral e escrita da Língua Portuguesa, em todas as disciplinas curriculares dos ensinos preparatório e secundário (note-se bem!) ridículo despautério que transforma em farsa o que deveria ser homenagem digna a Manuel Rodrigues Lapa.

Tudo isto e muito mais, para quê, senhor presidente e senhores deputados? Tudo isto para criar a ilusão de que temos de facto um ministro e um Ministério quando, a rigor, não temos mais do que o simulacro de ambos.

Estes actos irrisórios de um Ministério de irrisão não mereceriam mais do que um sorriso apiedado, se outros, bem mais graves, não encobrissem. Eles constituem uma diversão deliberada mas funambulesca a que este Ministério se entrega para ocultar o sentido real da sua intervenção desestabilizadora e destrutiva.

(...) Vejamos em primeiro lugar a situação dos serviços do próprio Ministério. Em ordem a promover e activar as indispensáveis acções de concepção, planeamento e execução, cumpria que os responsáveis pelos vários departamentos fossem recrutados com base em critérios bem definidos de honestidade, trabalho e competência. Em vez disso, vemos os lugares de responsabilidade partilhados entre o PSD e o PS com base exclusiva na confiança partidária. Vemos o ministro a demitir e a nomear funcionários a seu belo prazer, saltando, inclusive, por cima de secretários de Estado e, pelos vistos, provocando a recente demissão de um deles. Vemos nomear-se para Director de um desses Departamentos quem se acha sob suspeição de irregularidades praticadas noutros serviços públicos. Vemos uma Direcção-Geral de tanta importância como a de Pessoal permanecer sem responsável máximo desde 1983. É o **posso, quero e mando** arvorado em princípio funcional. Não surpreende, por isso, que em ano e meio de Governo este Ministério já tenha conhecido duas crises ao nível dos seus principais dirigentes políticos.

Entretanto, nunca o Ministério da Educação dispôs de tantos e tão variados grupos de trabalho. Dessa profusão de equipas — cerca de 30 — que tem resultado, além de grande gasto de fotocópias? Alguém sabe dizer, por exemplo, em que estado se acha o Estatuto da Carreira Docente, cujos estudos, por despacho ministerial, deveriam estar concluídos em Agosto findo? Alguém sabe, porventura, em que pé ficaremos quanto às Escolas Superiores de Educação, cuja indefinição se arrasta desde 1978?

(...) Se a situação do Ministério da Educação é esta que descrevemos a traços largos ao fim de ano e meio deste Governo, a do sistema de ensino não é menos preocupante. Os respectivos índices revelam o seu carácter crescentemente elitista e antidemocrático e a sua cada vez mais larga distanciação das determinações constitucionais.

Vejamos, em primeiro lugar, a questão da escolaridade obrigatória, um dos pontos emblemáticos no Programa deste Governo. Apesar da clara insuficiência dos seus seis anos, está ela bem longe de ser cumprida. Estima-se que, em 1982, de entre 800 mil jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, nada menos de 25% não possuíam a escolaridade obrigatória. Actualmente, calcula-se em 11% a proporção de alunos que, concluindo com êxito o ensino primário, se não inscrevem em nenhum ramo de ensino subsequente. Será próxima dos 19% a proporção de alunos que não cumprem os 6 anos de escolaridade.

(...) Vejamos a questão do insucesso escolar, cujos factores originários se situam reconhecidamente na situação socioeconómica familiar e nos disfuncionamentos do próprio sistema de ensino.

De acordo com os últimos dados estatísticos fidedignos, a taxa de insucesso no ensino primário é globalmente de 18,2%, afectando 178,2 milhares de alunos em 927,9 milhares. No 5.º e 6.º anos de escolaridade aumenta para 28,1% andando por 86,7 milhares num total de 305,5. A média global será, pois, de 21,5%.

(...) Mais eloquente do que o discurso teórico é, todavia, o discurso prático deste Ministério e deste Governo. O que já aqui foi dito sobre a Acção Social Escolar e sobre as dificuldades económicas das famílias quanto à aquisição de livros e material escolar, comprova plenamente a sua **vontade política real**. É essa vontade, sem qualquer dúvida, a de **reduzir a procura escolar reservando o acesso à escola aos filhos daqueles que podem pagá-la**.

Tal objectivo é uma resposta de classe deste Ministério às crescentes dificuldades em que nos lança a sua política antipopular e antinacional.

A rotura do parque e rede escolares é uma evidência claramente demonstrada todos os anos. No ensino primário, em 11 846 edifícios, 3702 são provisórios, isto é, perto de 32%. No ensino preparatório, de um total de 417 edifícios, 218 são provisórios, adaptados ou mistos, isto é, 52,27%, o que significa que mais de metade do parque escolar a este nível funciona em edifícios em condições insatisfatórias. No ensino secundário 147 edifícios, no total de 318, pertencem às mesmas categorias, ou seja, 46,22%. No conjunto desses graus de ensino, existem largos milhares de edifícios degradados, onde à insegurança das paredes e telhados se adiciona a derivada dos acessos, quer devido ao trânsito citadino, quer devido às condições dos terrenos convizinhos, quer ao assalto de marginais e delinquentes.

Em consequência da rotura da rede e do parque escolares, as turmas estão em geral superlotadas, impedindo ensino e aprendizagem eficazes. Não confessou recentemente o próprio ministro a existência de turmas com 50 alunos?

(...) Quanto ao ensino superior, os problemas atingem igualmente enorme gravidade. A questão do acesso permanece de pé, sem solução, afectando anualmente muitos milhares de jovens. No estabelecimento das vagas não se atende, realmente, às necessidades nacionais. Olha-se, quando muito, aos recursos físicos e humanos disponíveis na negativa situação política presente.

O insucesso, neste grau de ensino, atinge taxas verdadeiramente alarmantes em vários cursos. Isto apesar do famoso 12.º ano, criado pela AD, e cujos resultados são a prova provada da sua inutilidade.

A falta de verbas impede várias escolas de recrutar os professores necessários, bloqueia a investigação, priva de conteúdo a autonomia universitária.

O reaccionarismo está de novo na cátedra. Lança-se na perseguição inquisitorial à inteligência livre e à competência científica. Apontando um único exemplo, de entre outros referenciáveis, há esse verdadeio escândalo que é o projecto de saneamento de José Manuel Tengarrinha no Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

A política deste Ministério e deste Governo é intrinsecamente contrária às necessidades nacionais. É socialmente discriminatória. É antidemocrática e antipopular. É anticonstitucional. Repudiam-na os professores, esmagados sob o peso do dia-a-dia nas escolas. Repudiam-na os jovens que, no seu elevado e generoso senso ético, fizeram ao ministro a justa acusação de «má-fé negocial». Repudiam-na milhares de pais que vêem os seus filhos sem o pão do espírito como os vêem privados do pão da boca. Repudiam-na os homens da cultura e do progresso do nosso país.

Há que procurar-lhe uma alternativa positiva. Essa alternativa está contida nas numerosas propostas que o PCP tem apresentado e que têm no nosso Projecto de Lei de Bases a sua expressão sintética.

PCP

1.as ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS DO

ASSEMBLEIA

Porto: um debate dinâmico

No centro da Cidade Invicta, «ali» mesmo ao pé da Avenida dos Aliados, uma conhecida sala de espectáculos não exibiu a sua programação habitual no último fim-de-semana. O velho Rivoli, cuja degradação, bem visível, talvez «prometa» um fim que alguém ($) quer semelhante ao do Monumental em Lisboa, abriu as suas portas no sábado e no domingo para algo muito diferente das «fitas» de aventura e romance ali exibidas três vezes ao dia. Sem qualquer conexão com o irreal, bem pelo contrário, as sessões envolveram largas centenas de participantes activos (não meros espectadores) e projectaram na tela (um debate muito vivo e dinâmico, numa atmosfera de combatividade e entusiasmo, bem ao jeito do Norte) a situação, os problemas, as aspirações e as lutas do povo da região do Porto. E também o seu futuro, encarado como algo que se constrói com a luta do presente. O conjunto das cinco sessões realizadas entre as 15 horas de sábado e o princípio da noite do domingo, e ainda o comício de encerramento com a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, tiveram como lema **«Pelo Povo, com o PCP»**. Resta dizer neste apontamento de abertura que tudo isto diz respeito à 1.ª Assembleia da Organização Regional do Porto (ORP) do Partido Comunista Português, iniciativa que culminou uma intensa actividade preparatória nos cerca de mil organismos que constituem actualmente a ORP.

Tal como seria revelado durante a própria Assembleia, no relatório da comissão de mandatos, foram realizadas 180 reuniões e assembleias preparatórias para a eleição de 859 dos 950 delegados presentes. Com efeito, além dos eleitos, participaram também 76 camaradas delegados por inerência, sendo 52 da DORP cessante (organismo que designou mais 10 delegados por escolha) e ainda 14 do Executivo da Organização da JCP.

A Assembleia reuniu centenas de convidados, entre os quais alguns camaradas com responsabilidades em diferentes Organizações Regionais do Partido, nomeadamente Lisboa, Setúbal, Alentejo, Santarém e Minho, e ainda convidados em representação de diversas estruturas populares e dos trabalhadores, organizações políticas e culturais, órgãos do Poder Local e personalidades da vida democrática.

Na Mesa da presidência encontravam-se, além dos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, Ângelo Veloso, membro da C. Política, e Edgar Correia, suplente da C. Política e membro do Executivo da DORP, os camaradas que constituíam o anterior organismo executivo da Direcção Regional e ainda membros de Comissões Concelhias e de Freguesia, de secretariados de células de empresa, camaradas com responsabilidades nas autarquias, no movimento sindical unitário, nas estruturas representativas dos reformados, das mulheres e da juventude, operários, empregados, intelectuais e quadros técnicos, homens, mulheres e jovens firmemente enraizados na luta popular.

As forças sociais e partidárias

Uma saudação a toda a Assembleia lida por uma voz destacada da luta antifascista, Virgínia Moura, foi, no sábado, o ponto de partida para os trabalhos desta 1.ª Assembleia da ORP, cuja intervenção de abertura coube a **Edgar Correia**. O significado e a importância da iniciativa; os seus principais objectivos; o estilo de trabalho, o funcionamento e a intensa vida democrática no Partido; a luta dos trabalhadores e do povo da região nos últimos 10 anos; as direcções fundamentais da actividade e da luta dos comunistas (desenvolvimento da luta da classe operária e dos trabalhadores, acção no conjunto de importantes classes e camadas não monopolistas, o desenvolvimento da luta das populações e a acção no Poder Local); e, finalmente, algumas questões fundamentais de organização e direcção do Partido – foram os temas abordados por Edgar Correia, numa intervenção que introduziu o debate da Assembleia, caracterizando de forma documentada os problemas em análise.

Toda a gente o sabe: o PCP é uma forte organização no distrito do Porto. Quer pelo número de militantes, quer pela sua actuação e influência em vastos sectores, quer pelo dinamismo com que os militantes actuam em todas as áreas, nomeadamente no quadro do movimento popular de massas, quer ainda pelo crescente reforço das suas posições no plano autárquico e pela sua crescente afirmação eleitoral.

Mas «as coisas» não ficam por aqui. A Assembleia demonstrou e a intervenção de Edgar Correia também que no distrito do Porto há uma «falta de correspondência entre a arrumação das forças sociais e a arrumação das forças partidárias».

«Compreende-se por isso a importância da linha apontada no projecto de Resolução para o nosso distrito à luz da orientação do X Congresso:

1.º **O reforço da frente social da luta contra a política de recuperação capitalista**, da luta da classe operária e dos trabalhadores e da luta das restantes camadas e sectores não monopolistas, **e da sua conjugação ou convergência;**
2.º **A orientação das lutas** de forma a que a luta com objectivos económicos e sociais conduza à luta contra o Governo PS/PSD e por um governo democrático;
3.º **A batalha de esclarecimento**, que traduza em deslocação política e eleitoral para o campo democrático (designadamente para o reforço do PCP e para o voto no PCP), a participação na luta social e política, de trabalhadores e de sectores e camadas não monopolistas, que têm constituído a reserva eleitoral da reacção e do PS;
4.º Finalmente o trabalho persistente no sentido da **unidade**, da acção comum ou simplesmente convergente de todos os democratas e patriotas, como condição indispensável para o desenvolvimento da frente política necessária para a concretização de uma alternativa democrática.»

A situação nas empresas

As duas primeiras sessões da Assembleia, que se prolongaram até ao princípio da noite de sábado, registaram várias intervenções de organismos de base do Partido, nomeadamente das células da **Lionesa, High-Light, siderurgia Nacional, Sepsa** e **Cifa**.

Ainda no sábado a Assembleia aplaudiu as intervenções dos bancários e dos intelectuais, e ainda dos camaradas de Campanhã e S. Pedro da Cova (esta lida pelo presidente da Junta APU, José Alves). A luta dos pescadores, a situação do ensino e da saúde no distrito e os problemas da juventude foram também temas em foco, levados à tribuna da Assembleia por camaradas com responsabilidades nessas frentes. Outros camaradas da DORP, como Helena Medina, Sérgio Teixeira, Avelino Gonçalves e António Alexandre, apresentaram intervenções sobre questões de viva actualidade, respectivamente a acção nos órgãos do Poder Local e as próximas eleições autárquicas, problemas de organização do Partido, movimento camponês e movimento sindical.

Intervenções das Concelhias

A situação social, a vida autárquica, as lutas dos trabalhadores e das populações, a organização do Partido e as tarefas a realizar foram temas comuns nas intervenções elaboradas pelas diversas Comissões Concelhias do Partido **(Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Marco de Canavezes, Matosinhos, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto, Póvoa do Varzim, Santo Tirso, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia)**. Algumas destas intervenções foram ouvidas no sábado. Outras no domingo. No seu conjunto, deram uma panorâmica viva da situação nos concelhos do distrito, a segunda grande concentração populacional e urbana do País, onde, entre 1970 e 1981, se registou um crescimento de quase 20 por cento.

Voltando ainda às intervenções das Concelhias, apenas mais duas palavras para frisar a imagem viva e dinâmica do que se passa, do que é preciso fazer, dos problemas, das aspirações, das lutas, das dificuldades e também das boas notícias que vão correndo.

Alguns exemplos: o camarada da Concelhia da **Maia** falou da campanha para a aquisição do novo Centro de Trabalho do PCP, localizado na área principal da vila; o camarada da Concelhia de **Paredes** recordou a recente acção realizada no concelho pelos agricultores (concentração, manifestação, desfile e corte do trânsito rodoviário e ferroviário); a camarada da Concelhia de **Matosinhos** falou da situação dos cerca de 3500 trabalhadores com salários em atraso neste concelho e da péssima gestão autárquica (já há quem chame a Matosinhos a «cidade do lixo»); o camarada da Concelhia de **Valongo** falou da Cifa e dos seus trabalhadores, da situação aflitiva em que vivem as famílias dos que não recebem salário (só em relação à Cifa, 7 por cento da população de Valongo é vítima duma situação dramática) e falou também do exemplo da freguesia do Campo (onde a APU conta com mais de 40 por cento dos votos; para ganharem a Junta, o PS e a direita tiveram que fazer convergir as suas votações); o camarada da Concelhia de **Paços de Ferreira** sublinhou o peso da indústria de madeiras no concelho e os baixos salários que aí se praticam, denunciando que o patronato joga na exploração dos trabalhadores; referiu-se ainda à freguesia de Freamunde, terra de tradições democráticas, onde a APU conta com 35 por cento da votação – há confiança numa vitória nas próximas eleições, o camarada da Concelhia de **Penafiel** deu uma ideia das frentes de luta nas 37 freguesias do concelho e da intensa actividade dos 958 militantes comunistas e dos 38 eleitos da APU no concelho, tendo destacado o trabalho positivo que desenvolve na Junta de freguesia APU de Cebolido (em 82: 56,8 por cento dos votos!); o camarada da Concelhia de **Vila do Conde** recordou a vida dos pescadores e a sua justa luta.

Alguns exemplos, apenas...

Nas duas sessões no período da manhã (3.ª e 4.ª) de domingo, a Assembleia registou intervenções específicas e temáticas de especial significado para o desenvolvimento do debate no Partido, sobre questões abordados no documento central (o projecto de resolução política). Apenas alguns exemplos: **António Mota**, membro do CC e da DORP, um dos elementos do Grupo Parlamentar do PCP na AR, falou da acção dos cinco deputados comunistas eleitos pelo distrito do Porto. **Manuela Pereira**, do CLP, recordou que a luta contra os aumentos das tarifas de energia eléctrica é uma luta que avançará sempre que for necessário. Os fundos e a política financeira do Partido foram tema para a intervenção de **Emídio Ribeiro**, suplente do Comité Central e membro dos organismos executivos da DORP. **Júlia Lima**, do CLP, recordou o êxito da recente 1.ª Assembleia da Organização Local do Porto e destacou o trabalho a todos os títulos positivo dos pelouros APU na CM. A actividade desportiva e a gestão irracional dos dinheiros públicos praticada pela Secretaria de Estado foram aspectos salientes na intervenção de **Jorge Bento**.

Há várias maneiras de pegar no «assunto» e de o expor com objectividade. **Rosa Dias**, do CC e da DORP, fê-lo da melhor maneira na intervenção sobre luta de massas. Como se desenvolve esta luta, o que representa no quadro da luta contra o avanço das forças de direita, quais são as bases materiais indispensáveis para que se desenvolva a luta de massas – estas as principais questões a que a intervenção de Rosa Dias deu resposta clara.

As preocupações fundamentais dos cerca de 5000 trabalhadores da CP no distrito do Porto foram levadas [...]sembleia da ORP p[...] **Pereira**, do secretari[...] lula e membro do C[...] Grandes Serviços.

A luta pela unidad[...] portância da acção co[...] convergente dos de[...] estiveram em primeiro [...] debate da Assembleia [...] **cio Guimarães**, mem[...] CC e da DORP, desta[...] guns aspectos da acç[...] unidade no passado fa[...] especialmente no Po[...] Abril. Relacionou a [...] com a alternativa dem[...] Salientou o exemplo da [...] Povo Unido, «uma da[...] pais direcções do noss[...] ço unitário». E nume[...] gem inicial recordaria R[...] Gomes, combatente [...] dade dos democratas [...] gueses. A Assemblei[...] tou-se então com forte[...] sos e gritos de «Unida[...]

Os intelectuais e [...] foram tema para a [...] de **João Semedo**, [...] enquanto que **Albe**[...] do Executivo da C[...] de Valbom, lendo a [...] venção em «Braille» [...] unidade e a luta do[...] tes, tendo mereci[...] ovações dos delega[...] vidados.

O que pretendem [...] económicos como o[...] los, o conluio dos re[...] da Banca nacionali[...] governos de direita [...]

Extractos do discurso de Álvaro Cunhal na sessão de encerramento

A gravidade da situação: desastre da economia, ruptura financeira

(...) Confirmando análises e previsões anteriores, é a **extrema gravidade da crise económica, financeira, social e política.**

Na nossa apreciação não há nenhum exagero nem vontade de dramatizar. A realidade está à vista de todos.

Andam há mais de 8 anos a gritar que a ofensiva contra as conquistas de Abril e os sacrifícios exigidos ao povo são o caminho para a recuperação económica do País.

Mas, em vez de recuperação económica, **o País está a ir ao fundo.**

(...) Nestas circunstâncias, tornam-se ainda mais revoltantes as mistificações do Primeiro-Ministro, do Governo e dos seus propagandistas, insistindo em que a entrada no Mercado Comum será a salvação para a economia portuguesa.

Mistificações, porque a entrada de Portugal no Mercado Comum seria o golpe de misericórdia para a nossa degrada economia.

Mistificações, porque, tal como nós previmos, a entrada de Portugal no Mercado Comum está longe de ser resolvida, nem é certo se algum dia o será.

Se não fosse tão perigoso e tão vergonhoso para o País, pareceria ridículo e digno de uma antologia das melhores farças e palhaçadas, os palavrórios, as andanças e as garantias de Mário Soares relativas à integração de Portugal no Mercado Comum.

Ainda recentemente, de volta de uma viajata, o Primeiro-Ministro, chegado a Lisboa, fez duas declarações muitíssimo solenes.

A primeira: ter assinado um «constat d'accord», o que não corresponde à verdade, pois na verdade assinou apenas uma «declaração comum» sem qualquer validade prática.

A segunda declaração foi ainda mais triunfante e triunfal: **«A partir de agora** (proclamou o Primeiro-Ministro) **somos um país do Mercado Comum.».**

É simplesmente fantástico!

Com estas e outras palavras, isto já foi afirmado tantas vezes, que até pode dizer-se que entrar no Mercado Comum não custa nada, porque a acreditar nas palavras de Mário Soares e no tantas vezes repetido anúncio de datas já marcadas para a entrada, Portugal já entrou no Mercado Comum, não uma mas muitas vezes.

O que ninguém percebe é como, tendo entrado tantas vezes, continua ainda cá fora.

Já é tempo de encarar a sério os problemas nacionais e acabar com esta política e com este Governo que, na realização dos seus planos é de real ferocidade, mas que, na sua conduta quotidiana, se está tornando **um governo de opereta.**

A degradação das condições de vida e as ameaças à democracia e à independência

Como resultado da degradação da economia e da política de exploração desenfreada dos trabalhadores e da população em geral, é também extremamente rápida a degradação das condições de vida do povo.

(...)

Esta situação é tanto mais revoltante quanto é certo que para os grandes capitalistas, os grandes especuladores, não faltam centenas de milhões de contos de empréstimos de favor para nunca serem pagos, como não falta dinheiro para as faustosas despesas de representação, para as viajatas do Primeiro-Ministro, agora imitado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros nas suas inúteis deambulações, para os gastos escandalosos com as clientelas dos partidos do Governo, para os aumentos dos vencimentos dos deputados para 92 contos mensais, fora o queimado, apesar da oposição dos deputados do PCP.

O que se verifica no País actualmente governado pelos representantes e instrumentos do grande capital, é que **a crescente acumulação de riqueza faz-se à custa da crescente acumulação de miséria.**

As forças que estão no Governo fazem o mal, mas temem o futuro. Não ignoram a indignação e os protestos que provocam. Dizem que o PCP e a Inter perderam capacidade de mobilização, mas sabem bem que mentem para iludir a opinião pública. Sabem que a luta popular se desenvolve e que a revolta popular alastra.

Fazem ameaças, tentam proibir manifestações, mandam arrancar propaganda, lançam as forças repressivas contra o povo, intervêm brutalmente nas organizações sociais, mas não conseguem abafar e vencer a vontade combativa do povo tendo a classe operária na vanguarda, nem conseguem suster a poderosa torrente democrática que avança.

O Governo e os partidos que o compõem vêem que em democracia estão inevitavelmente condenados à derrota.

Por isso **o Governo volta-se contra o próprio regime democrático,** procura criar um Estado policial, cria serviços de informação política, propõe uma «lei de segurança interna» de tipo fascista, governamentaliza completamente a comunicação social do Estado, **prepara novas leis para liquidar liberdades e direitos e transformar as eleições em fantochadas reaccionárias.**

E não só isso.

Sentindo que lhe fogem os apoios internos, procura apoio político no imperialismo, designadamente no imperialismo norte-americano, e, para ganhar as boas graças e os apoios do imperialismo, torna a política externa de Portugal num instrumento da estratégia da Casa Branca e **faz ao imperialismo concessões económicas, políticas, diplomáticas, ideológicas, militares que atingem e comprometem gravemente a nossa independência nacional.**

A luta pela demissão urgente do Governo tem assim também sólido fundamento no carácter imperioso de defender o regime democrático e a independência nacional.

A política de recuperação capitalista responsável da crise

Uma outra questão sobre a qual o Comité Central se debruçou atentamente na reunião de 26 de Novembro e abordada, e largamente documentada, também na 1.ª, Assembleia da Organização Regional do Porto, foi a das **causas e responsabilidades de tão grave situação.**

De facto, **qual a causa da ruptura do sistema bancário e financeiro?**

A causa fundamental é a guerra à banca nacionalizada, política que condena a banca a um défice permanente, que, em si mesmo, é já uma ruptura do sistema.

Quais são as causas directas, visíveis, verificáveis da destruição da economia?

As causas fundamentais são, por um lado os golpes profundos dados nas **empresas nacionalizadas** desactivando-as, desintegrando-as, arrancando-lhes sectores rentáveis, vendendo os seus bens ao desbarato, obrigando-as a contrair insuportáveis encargos financeiros.

Por outro lado, são as dificuldades, a ruína e falência das **pequenas e médias empresas** sacrificadas ao plano de centralização do capital e de reestruturação dos monopólios. E ainda, no referente à **agricultura** por um lado, a ofensiva brutal contra a Reforma Agrária que, além de gados, máquinas, instalações, já roubou às Cooperativas centenas de milhar de hectares de terra, a maior parte das quais ficam abandonadas, e, por outro lado, o abandono completo a que estão votados os pequenos e médios agricultores e rendeiros.

E qual a causa da degradação completa das condições de vida?

A causa fundamental é a política de exploração desenfreada dos trabalhadores e das classes laboriosas, para acelerar o aumento de lucros e a acumulação, concentração e centralização de capitais.

E, se se prova que a causa fundamental da crise profunda que atravessamos é a política de recuperação capitalista e latifundista e de restauração monopolista realizada pelo Governo Soares/Mota Pinto, na continuação do governo AD e de outros governos anteriores, que se pode concluir daí?

Tem de concluir-se necessariamente que, se **continuar a mesma política e o mesmo Governo, não se poderá sair da crise, não se poderão resolver os problemas nacionais, e consumar-se-á o desastre nacional.**

Tem de concluir-se que **não é prosseguindo e agravando a política actual que o País poderá sair da crise e do desastre para que foi arrastado precisamente por essa política.**

Para que Portugal saia da crise o primeiro grande passo a dar é demitir o Governo, pôr termo à política inconstitucional, antipopular, antidemocrática, antinacional e subversiva de restauração dos monopólios fascistas, — política que é também a política do agravamento da exploração e do brutal agravamento das condições de vida dos portugueses.

As «24 medidas» do PS

É particularmente significativo, perigoso e mesmo alarmante que, nesta gravíssima situação, o Governo Soares/Mota Pinto se proponha não só insistir como impulsionar com gravíssimas decisões a política subversiva de restauração monopolista.

Ao Governo Soares/Mota Pinto pouco interessa o País.

O que lhe interessa é destruir o mais rapidamente possível as conquistas de Abril mesmo à custa do desastre e da bancarrota.

O que lhe interessa é criar o facto consumado da transferência para os capitalistas, dos bancos, das empresas, das terras, das cooperativas do povo, de Portugal.

E assim, vendo o tempo fugir-lhe e o terreno a escapar debaixo dos pés, o que **o Governo propõe é acelerar mais ainda a política e as orientações que são causa directa da gravíssima crise que o País atravessa.**

(...)

A chamada «cimeira» do PS com o PSD, mais que um conflito é uma negociação. Não, negociação entre adversários, mas negociação entre associados e cúmplices.

A negociação está a fazer-se na base de proposta do PS, ou seja ao caso, de Mário Soares.

Que propõe Mário Soares?

Mário Soares propõe ao PSD, como política do Governo, as medidas de liquidação do regime democrático que os círculos mais reaccionários do PSD, assim como o CDS, a CIP e a CAP, têm reclamado.

O que são de facto no concreto as **«24 medidas»**?

Têm por ventura em vista a solução de qualquer dos graves problemas nacionais?

Têm por ventura em vista salvar o País do completo desastre económico, da ruptura financeira, da degradação insuportável das condições de vida do povo?

Não. Os objectivos das «24 medidas» consistem em acelerar o processo de restauração monopolista, acentuar ainda mais todas as ofensivas inconstitucionais, ilegais e subversivas contra as estruturas económicas consagradas na Constituição, contra o bem-estar do povo, contra as liberdades e a democracia.

Quais são as principais **medidas respeitantes às estruturas socioeconómicas?**

É a **reestruturação do sector público empresarial, e a extinção dos organismos de coordenação económica,** medidas visando manifestamente liquidar as nacionalizações do 25 de Abril.

É a **reforma do sistema financeiro,** certamente para apressar a reprivatização da banca, mesmo à custa da ruptura do sistema.

É a **reestruturação da Marinha do Comércio em conjugação com a reestruturação dos estaleiros de construção naval** — medidas que, no seguimento da criminosa guerra à Lisnave e a outras empresas e da destruição da Marinha Mercante, anuncia o plano de restaurar o império dos Mellos da antiga CUF nesses importantes sectores da nossa economia.

São **novas leis sobre a Reforma Agrária, o arrendamento rural e o emparcelamento** — tendo como manifestos objectivos a destruição completa da Reforma Agrária, a restauração do domínio despótico dos latifundiários, assim como dos senhorios ricos sobre os rendeiros e a concentração da propriedade rústica.

É **uma nova lei da caça** certamente para restaurar as reservas e coutadas dos grandes senhores.

E **no que respeita à situação social?**

Encontram-se por ventura, entre as «24 medidas», medidas eficazes para a solução da degradação das condições de vida dos portugueses?

Não. O que se encontra, além de declarações vagas, é o anúncio de novos **aumentos de preços, a aprovação da lei das rendas,** para que estas possam subir de tal forma que só os ricos lhes poderão chegar, **a revisão de legislação de trabalho** que, pelo que se conhece do projecto e intenções, visa agravar ainda mais as condições dos trabalhadores e limitar ainda mais os seus direitos.

E como para uma tão odienta política o Governo está certo de encontrar pela frente a resistência e a luta do povo, dos democratas, dos patriotas, lá se encontram também, entre as «24 medidas», novas medidas contra as liberdades, contra o regime democrático, para a formação de um Estado de tipo policial e totalitário: **uma nova lei eleitoral para as autarquias** e a definição de uma estratégia comum nas eleições com o objectivo declarado de eliminar a APU das Câmaras que dirige.

A regulamentação dos serviços de informação, para pôr operacional a bufaria política, tendo como coordenador, nos termos dessa «lei», o Primeiro-Ministro.

A aprovação das **leis do estado de sítio e do estado de emergência** certamente para que o Governo fique apto a suspender liberdades e direitos a pretexto de qualquer «insurreição dos pregos» que ele próprio invente.

As «24 medidas» propostas pelo PS constituem uma autêntica plataforma inconstitucional, ilegal e subversiva para completar a contra-revolução a curto prazo.

A extrema fragilidade da coligação PS/PSD

(...)

O que caracteriza a coligação PS/PSD no momento [...] não é a sua força, mas a extrema fragilidade a que a [...] chegou, por virtude do desastre nacional provocado [...] política, dos conflitos internos na coligação e nos parti[dos que] a compõem, do seu descrédito completo e da rápida red[ução da] sua base de apoio social e político.

(...)

Poderá porventura considerar-se como uma verdadeira [...] que possa sequer pretender governar o País, **essa feira [...] política, sem o mínimo de aprumo e dignidade que é a [...]ção PS/PSD?**

(...)

Vimos que há uma notável identidade de ideias entre [...] Mota Pinto. Não se nota presentemente entre eles qualque[r diferen]ça ideológica ou programática a considerar.

Disseram para aí que o PS tinha enviado um ultimato [...] Mas, no documento conhecido, de ultimato não se encon[tra nem o] cheiro.

O chamado ultimato do PS ao PSD é (como vimos) u[ma autên]**tica capitulação do PS como partido democrático** uma [...] **PS faz suas as propostas e reclamações dos sect[ores] reaccionários do grande capital, dos grandes latifundiá[rios, dos] senhorios ricos, do próprio PSD.**

E o que pede Mário Soares em troca?

Em troca do acordo para a realização do plano *contra-re[volucio]nário* indicado nas «24 medidas», tudo quanto Mário Soare[s pede] ao PSD — também lá está escrito — é que o PSD não lhe [...] lhe a candidatura às presidenciais e tome alguns comprom[issos de] bom comportamento.

À falta de um «constat d'accord» para as presidenciais [...] pede ao PSD que se cale quanto a essa matéria, para que [...] continue a soprar as próprias velas de ambição para a candi[datura a] Belém. Pede que o PSD dê uns raspanetes políticos aos se[us ...] nos mal comportados e os mantenha na linha. Pede, finalme[nte, que] o PSD faça nova declaração de amor ao PS, garantindo [que não] abandonará o PS para novo casamento com o CDS.

Isto que se passa na coligação PS/PSD e no seu Govern[o ultra]passa todos os limites admissíveis.

Tanto as declarações, exigências, condições, ultimatos d[...] como as declarações, exigências, condições, ultimatos do PS [...] tuem **um estendal de um vergonhoso mercadejar de pos[tos e] influências nas costas e à custa do povo e do País.**

É revoltante verificar como estes senhores oferecem [...] outros, como preço de um entendimento, a prática de novos [...] contra a nossa economia, contra o bem-estar do povo, c[ontra o] regime democrático, contra a legalidade.

É revoltante verificar como, a troco de um apoio à sua ca[rreira pa]ra a Belém e por agora em troca da não hostilização do PSD [à sua] candidatura, Mário Soares se declara disposto a entregar [...] beijada à contra-revolução para a morte, todas as grandes [conquis]tas de Abril e se propõe ele próprio, como Primeiro-Ministr[o, o papel] de carrasco.

O povo não pode permitir que **interesses sagrados dos [portu]gueses sejam moeda de troca na repartição do Poder, [de in]fluências partidárias, de satisfação de ambições pessoais**

A luta, factor determinante

(...)

O movimento social e político de luta contra o Gover[no ...]nha todas as classes e camadas antimonopolistas e este[nde-se] a todo o País.

(...)

Praticamente todas as lutas se desenvolvem com objecti[vos con]cretos imediatos.

Mas qualquer que seja esse objectivo, duas coisas se ve[rificam] na generalidade dos casos.

Olhando para trás, quem se vê como responsável dos [proble]mas? O Governo.

E olhando para a frente, quem se vê como responsável [por não] se resolverem os problemas? Igualmente o Governo.

Os trabalhadores e as massas populares, lutando por ob[jectivos] concretos, encontram o seu inimigo naquele que é o causa[dor dos] seus problemas e que é o obstáculo à sua solução: o G[overno] Soares/Mota Pinto.

E por isso as **mais variadas lutas que à partida têm o[bjecti]vos concretos imediatos convergem numa grande torrent[e ...]**

DO PORTO E DO ALGARVE

A. Veloso: "As condições..."

A 4.ª e penúltima sessão da Assembleia dos comunistas do distrito do Porto aproximava-se do fim. Terminara o 1.º ponto da ordem de trabalhos — o debate e a votação do documento fundamental da Assembleia: a resolução política. Impunha-se uma intervenção de encerramento, que «agarrasse» as principais questões discutidas, incluindo os problemas e as deficiências da acção e também as perspectivas, as direcções de trabalho e os objectivos definidos para o futuro.

Coube ao camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Partido, dirigir no domingo, antes do intervalo para almoço, essas palavras ao vasto auditório do Rivoli.

Em primeiro lugar o dirigente comunista fez um breve comentário à resolução aprovada. Além de recordar que este documento termina um «amplo debate» e de salientar a «íntima relação existente entre esta resolução» e «a actividade diária e militante dos camaradas e dos organismos do Partido», Ângelo Veloso concluiria que «a maior contribuição à nossa resolução foi a luta prática das massas e a militância viva e abnegada dos comunistas». É um documento que «reflecte, antes de mais, o esforço colectivo ao longo dos anos».

Do partido clandestino, baluarte da luta contra o fascismo, ao partido de massas em crescimento constante, do PCP que actuava em 74 ao PCP que actua em 84, da Organização Regional do Norte (ORN), que desapareceu em 79, dando lugar às OR's do Minho, Trás-os-Montes e Porto, à actual Organização Regional do Porto com os seus mais de 26 mil militantes — vai uma luta firme e abnegada, desenvolvida por uma organização «capaz de enfrentar com êxito as complexas tarefas que o X Congresso do Partido nos colocava».

E concretizando a ideia de que existem condições objectivas e subjectivas para o reforço do Partido e para um novo salto qualitativo no nosso trabalho no distrito, o dirigente comunista diria a dado passo: «**O que é importante salientar e compreender, camaradas, é que aqui, no distrito do Porto, o nosso Partido tem, por um lado, muito terreno social e político por onde crescer para onde alargar a sua influência, para onde intervir, unir, organizar e mobilizar. E que, por outro lado, o nosso Partido tem já força acumulada, tem influência e tem capacidade para aproveitar esse terreno, para crescer, para reforçar a sua intervenção e reforçar substancialmente o papel do Partido na vida social, cultural, cívica e política do distrito**».

As direcções fundamentais do trabalho a empreender constituiram outro tema particularmente salientado na intervenção a que temos vindo a aludir. A melhoria do funcionamento do Partido a todos os níveis; a melhoria da ligação aos problemas e à luta dos trabalhadores, aos problemas e às lutas de todas as classes, camadas e sectores antimonopolistas; a associação correcta da luta social e da luta política; a intensificação a todos os níveis da nossa luta pela unidade do campo democrático; e finalmente e ainda o reforço do Partido — foram as cinco direcções extraídas da Assembleia e comentadas por Ângelo Veloso.

O documento político aprovado, após 160 reuniões, onde participaram cerca de 1500 camaradas, traduz o aprofundamento da realidade económica, social e política do Partido na região e é um importante instrumento para a prática diária dos militantes nas diversas organizações concelhias e células de empresa.

A nova Direcção da Organização Regional conta com 43 membros, sendo a sua composição social assim distribuída: 25% de operários, 5% de camponeses, 46% de empregados, 16% de industriais e quadros técnicos e 7% diversos, sendo a sua média etária de 37 anos. Transitam da anterior DORAL 24 camaradas, cessaram o mandato 5 e foram admitidos 14 novos membros.

Nos trabalhos da Assembleia participaram, ainda, os camaradas Carlos Brito e Margarida Tengarrinha, deputados eleitos pelo Algarve.

Foi aprovada uma moção sobre a condenação da política de desastre do Governo PS/PSD e a intensificação da luta pela sua demissão, outra sobre o reforço do Partido e ratificação das metas propostas e uma outra sobre as células de empresa «nas principais empresas e sectores de actividade da região, tendo em particular atenção a hotelaria, as conservas e a construção civil», e para tal, «que se procedam as necessárias mudanças de quadros, reajustamentos de tarefas e responsabilidades, de modo a garantir uma maior atenção ao regular funcionamento destes importantes organismo de base do Partido.

A Assembleia protestou contra a ausência dos 16 jornais regionais do Algarve, da RDP/SUL e da comunicação social estatizada, em termos vigorosos, já que os jornalistas da região, uns por sentimento de classe outros por medo à repressão passam os dias atrás de ministros e secretários de Estado e, depois, ignoram um Partido com o papel activo na região como o PCP.

Situação económica e social da Região

Para além de uma certa imagem de prosperidade e amenidade do clima, há uma gritante situação de carências e atrasos. Nem um só sector da actividade económica da região deixa de sofrer os nefastos efeitos da profunda crise económica e financeira que o País atravessa.

Para além das fortíssimas assimetrias entre o Litoral, o Barrocal e a Serra, há desníveis brutais entre os vários sectores da economia, situação que, a não ser rapidamente combatida, terá graves consequências no curto ou médio prazo, consequências nefastas para o bem-estar das populações.

São distorções enormes, reflectindo o atraso e abandono a que a indústria foi votada, com a recessão no sector das pescas e das conservas, o fraco desenvolvimento agrícola, embora sejam visíveis alguns progressos nos citrinos e culturas de regadio em estufa ou ar livre.

Esta distorção é fundamentada pelo facto do turismo contribuir com 52%, para o PIB, enquanto o sector secundário contribui com 19% e o primário com 29%.

A onda de falso desenvolvimento caracterizada pela invasão de prédios altos e baseada numa filosofia «torremolinista» que conta dentro do PS e PPD numerosos adeptos, acabará por ruir como um castelo de cartas e acarretaria sérios prejuízos económicos ao Algarve e ao País.

O relatório

O camarada Carlos Luís Figueira, responsável da DORAL, apresentou o relatório e a proposta de resolução política, da qual o «Avante!» já deu conhecimento aos leitores, e debruçou-se sobre os vários aspectos da política regional e do comportamento das outras forças políticas e actividade do Partido.

«O PS, partido de grande apoio eleitoral no Algarve, associa à incompetência o videirismo militante, à ausência de qualquer política para atacar os problemas da região, a inércia: promove a fusão completa das suas estruturas através dos homens de mão que Mário Soares colocou e, em muitos casos impôs, à frente dos órgãos do Poder Local, à política do actual Governo, comportando-se muitos deles como agentes do Governo.

«É um partido que vive do engano, do que promete e não faz, do que diz ser e não é, do esquema e do compadrio. Trai o voto da maioria dos seus eleitores, diz-se dos trabalhadores, quando hoje, como ontem, pratica a política dos patrões».

Quanto ao PSD «finge que não tem responsabilidades no Governo fazendo-se passar pela oposição». O CDS tem menor expressão orgânica no Algarve e domina a generalidade das direcções das caixas de Crédito Agrícola e Mútuo, «através dos quais procura comprar apoios políticos e ganhar influência eleitoral».

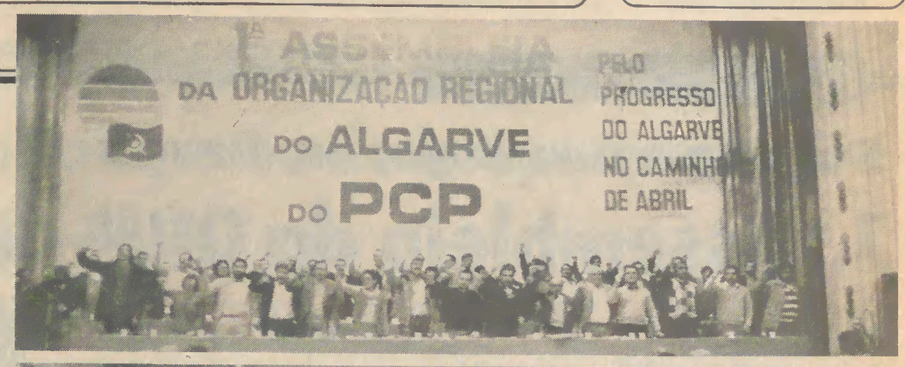
O camarada Carlos Brito, em breve intervenção de apresentação do trabalho dos deputados algarvios disse ainda que se o que está ao nosso alcance é a luta, lutemos com as massas populares pela demissão deste Governo.

José Vitoriano, que fez a intervenção de encerramento, lembrou que a realização da Assembleia dava cumprimento às resoluções do X Congresso do Partido, realizado há um ano.

Referindo-se aos trabalhos, disse: «foi aqui feito um importante aprofundamento dos problemas da região do Algarve, através das diversas intervenções proferidas»... «indício seguro que estamos no bom caminho, de que estamos dispostos e unidos para enfrentar com determinação as tarefas do Partido e para desenvolver e alargar a acção do nosso Partido aqui no Algarve».

A Assembleia decorreu em ambiente de grande entusiasmo, com as diversas intervenções sublinhadas com palmas e gritos de «Viva o PCP», por delegados e convidados, encerrando cerca das 20 horas.

Uma recolha de fundos realizada na própria sala, feita para minimizar os custos do aluguer (100 contos), rendeu 55 contos.



Algarve: pelo progresso

Decorreu em Faro, no cinema Santo António a I Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP que reuniu 443 delegados e mais de 500 convidados. Esta importante realização do Partido, ficará a assinalar um salto qualitativo do trabalho do PCP no Algarve e da sua organização.

...Os momentos finais: simplesmente inesquecível!

O leitor que não esteve no [illegible] no último fim-de-semana [illegible] o favor de imaginar uma [illegible] de espectáculos ampla, [illegible]atro já com uns bons [illegible]m cima, daqueles que [illegible]a plateia vasta, primeiro [illegible] segundo balcão e ain[illegible]uma espécie de camarotes [illegible]. Fregueses.

[illegible]magine por agora tudo isso [illegible]nado de gente. Muitos há [illegible]se uma hora que aguardam [illegible]da do teatro.

[illegible]be de tom. Sobe de calor e [illegible] entusiasmo. Com ritmo, grita-[illegible] dos **«PCP, PCP!», «Assim se [illegible]a força do PC!», «JCP, juventude do PC!», «A luta continua, Soares e Pinto para a rua!», «Informação ao serviço da Nação!», «A luta continua e o Seabra vai para a rua!»**, etc.

Como se as palavras de ordem, muitas vezes ritmadas com palmas, não «bastassem», eis que um grupo de Pioneiros entra na sala, pelo corredor central da plateia, rumo à tribuna. O barulho aumenta repentinamente: os Pioneiros são (também) Zés Pereiras, a darem forte nos tambores com a inscrição «A.C.U.A. – S. Pedro da Cova».

É um verdadeiro espectáculo. São momentos que ficam na memória de todos os que viveram os momentos finais da Assembleia. São os tambores, são os aplausos, são as palavras de ordem, é a agitação dos lenços vermelhos dos Pioneiros na frente da tribuna, são os cravos de Abril que caem sobre a plateia – numa palavra é a festa dentro da luta.

Na tribuna está já a nova Direcção Regional do PCP, eleita na última sessão da Assembleia, reservada a delegados.

Teresa Lopes, uma professora de 33 anos, suplente do Comité Central, dirige o comício de encerramento. Um Pioneiro havia já lido uma saudação à Assembleia em que falou também dos direitos das crianças e da necessidade do seu cumprimento, e ainda da vida e da educação das crianças no Portugal de Abril.

Uma chuva calorosa de aplausos acompanha a referência aos nomes dos camaradas que constituem a nova DORP – 53 elementos, dos quais apenas seis são mulheres.

Sérgio Teixeira, do Comité Central e dos organismos executivos da DORP eleita, dá uma informação sobre os trabalhos que acabavam. «Saímos desta Assembleia», sublinhou, «mais fortes e mais preparados para enfrentarmos as batalhas políticas que iremos ter pela frente».

Finalmente, a palavra para Álvaro Cunhal, alvo de recepção vibrante pela assistência. Antes de entrar propriamente no seu discurso, de que nestas centrais publicamos alguns extractos significativos, o secretário-geral do PCP fez «três observações» ao que «foi dito nesta sala». Em primeiro lugar, sobre a palavra de ordem «Informação ao serviço da Nação», salientou que seria bom que esta justa exigência chegasse não só aos jornalistas, que muitas vezes querem trabalhar com honestidade mas não os deixam, mas também aos responsáveis pelos órgãos de Comunicação Social, particularmente da estatizada, com destaque para a RTP.

Segunda observação: Álvaro Cunhal recordou que a Assembleia tinha entoado, entre outras, uma palavra de ordem que dizia – «Está na hora do Governo se ir embora!». «Já há muito tempo passou a hora do Governo se ir embora» – comentou com ironia. Terceira e última observação: uma outra palavra de ordem afirmara – «Mais um empurrão e o Seabra vai ao chão». «Dá ideia que nós poderíamos aceitar uma remodelação governamental». Sairia o Seabra e ficava o Soares e o Pinto. É mais acertado dizer: «Mais um empurrão e o Governo vai ao chão».

...objectivo comum: a demissão do Governo Soares/Mota [illegible]to.

(...)

É um erro pensar que o Governo cairá de podre, por motivo [illegible] suas contradições internas. É a luta que o fará cair.

...instituições não funcionam

...a luta que o fará cair. Mas a queda terá de processar-se [illegible] termos previstos na Constituição, ou seja, no quadro do [illegible]cionamento democrático das instituições.

O Comité Central concluiu, por um lado, que se verifica **um [illegible]so de intervenção, para a demissão do Governo, dos mecanismos institucionais consagrados na Constituição.**

Concluiu, por outro lado, **que as instituições democráticas deixam de funcionar regular e normalmente.**

(...)

Tempos atrás, o nosso Partido dizia que o Governo **afrontava** as [illegible]uições.

(...)

Agora não chega dizer que o Governo **afronta** as instituições. A [illegible]ação tornou-se mais grave. A situação mostra que o Governo **[illegible]pede o funcionamento normal e regular das instituições.**

Comecemos pelo próprio Governo.

Funciona regular e normalmente o Governo?

Não. **O próprio Governo não governa e deixa de ter condições para governar.**

Porque os partidos que o compõem, os seus dirigentes, os seus [illegible]mistros, estão envolvidos nas disputas interpartidárias.

Porque um Governo de coligação deixa de poder governar quando a coligação, como tal, está, na prática, suspensa pela bagunça [illegible]ante.

Porque os problemas do Governo são discutidos, não em função [illegible]necessidade da sua solução, mas em função de interesses partidá[illegible]s e dos conflitos, rivalidades e ambições de cada um dos partidos, dos seus dirigentes, dos seus ministros, dos seus funcionários, [illegible] suas clientelas.

Porque o Governo se afunda no lodo da mentira, da incompetência, do abuso do poder, da corrupção.

Porque, suspensa de facto a coligação, está de facto suspenso o [illegible] Governo.

E a Assembleia da República?

A Assembleia da República, por seu lado, é esbulhada das suas [illegible]competências e desrespeitada diariamente pelo Governo, apesar de [illegible]er uma maioria de deputados.

Com um Regimento, que acaba de ser aprovado, ficam limitados [illegible]ramente os direitos da oposição e prevertidas as normas democráticas internas.

Os deputados do Governo, para poderem girar por onde lhes der [illegible]real gana, acabam de decidir que a Assembleia, que tem 250 [illegible]eputados, possa funcionar apenas com 50 e, também porque passa a estar lá ainda menos tempo, pretendem (contra os votos do [illegible]) elevar os seus próprios vencimentos para 92 contos mensais.

Quanto ao **Presidente da República,** é publicamente contestado [illegible]defendido pelo Governo, que, entretanto, segundo a lei, é responsável perante o Presidente.

E os tribunais?

Os **tribunais** sofrem pressões do Governo que afectam a sua [illegible]dependência, são confrontados com degradações no aparelho judi[illegible]e vêem amontoar-se e retardarem processos sem terem meios [illegible]e lhes dar andamento, e vêem também desrespeitadas as suas [illegible]tenças pelo próprio Governo.

Todo o poder político é cindido, degradado, paralisado, na [illegible]estabilização e desordem geral que a política deste Governo [illegible]provoca na vida económica, na vida social, na vida política, em [illegible]ma, na sociedade portuguesa no seu conjunto.

Ao contrário do que para aí grita a reacção, não são as instituições que são más. O que é mau é a verdadeira sabotagem ao [illegible]cionamento normal das instituições, provocada pelo Governo e [illegible]a sua maioria na Assembleia da República. **O que é necessário [illegible]dar não é a Constituição mas o Governo que a desrespeita.**

Esta é uma situação intolerável para o regime democrático. [illegible]egundo a Constituição tal situação é razão bastante para que o Governo seja demitido sem tardar.

...existem condições essenciais [illegible]ara a demissão do Governo

(...)

O acordo acerca da necessidade da demissão do Governo é [illegible]al.

Mas já quanto ao momento adequado para a sua demissão, as opiniões são diferentes.

Pensam alguns que o momento adequado seria a ruptura da coligação PS/PSD como resultado das suas contradições e divergências internas, ou seja, acreditam que o Governo virá a cair como resultado da sua própria desagregação interna.

É uma ilusão.

O Governo Soares/Mota Pinto agarra-se ao Poder como as lapas se agarram às rochas.

O que o PS e o PSD procuram nas conversações é fundamentalmente por-se de acordo para que o Governo sobreviva.

Pensam outros que **o momento adequado seriam as eleições presidenciais de 1985.**

Também nos parece incorrecta e perigosa tal ideia.

Esperar as eleições presidenciais significaria, por um lado, adiar mais um ano a demissão que se impõe o mais rapidamente possível, pois a economia não pode suportar tanto desastre e o povo não pode suportar tanta miséria.

Significaria, por outro lado, comprometer a própria democraticidade das eleições presidenciais, pois, pelo que já se viu, o Governo Soares/Mota Pinto não dá a mínima garantia de, estando no Poder, não fazer discriminações, violações da lei e cambalachos.

Quanto ao nosso Partido, a posição é clara e conhecida. **É necessário, é urgente, é imperioso que o Governo Soares/Mota Pinto seja demitido o mais rapidamente possível.**

(...)

Já não é a primeira vez que um Governo à beira da derrota, para amedrontar a opinião pública, grita que depois dele não haverá solução. Ou este Governo ou o caos!

O ministro Almeida Santos, por exemplo, exclamou há dias, se acabasse a coligação PS/PSD «que Deus valha à Democracia».

O contrário podemos nós dizer: **«que Deus valha à Democracia» e ao País se este Governo continua.**

O Governo começa a naufragar. O País não pode naufragar com o Governo.

Os do Governo insistem em que não há saídas. E nós afirmamos que as há.

Não certamente **«remodelações» de Governo, que nada resolvem.** Nem «modificações» de fachada à política actual, que também nada resolvem. Nem quaisquer outros balões de oxigénio para dar alento ao moribundo Governo Soares/Mota Pinto.

A crise pode resolver-se (indicou o CC do Partido na sua reunião de 26 de Novembro):

— Com a formação imediata de um **Governo Democrático de Salvação Nacional** com a participação de todos aqueles que, qualquer que seja a área partidária onde se têm situado, estejam de acordo em pôr termo à política de desastre nacional e ao Governo que a conduz.

— **Com a formação de um governo de gestão**, de carácter provisório e de emergência.

— **Com a dissolução da Assembleia da República** e eleições gerais antecipadas.

São soluções possíveis. Algumas complementares.

As eleições de 1985

Em 1985 serão realizadas, por força da Constituição, as eleições presidenciais e as eleições autárquicas. É posível que se realizem também as eleições antecipadas para a Assembleia da República.

São oportunas algumas breves palavras sobre estas eleições, cujo resultado terá inevitavelmente profundas repercussões na evolução da situação nacional.

Quanto às eleições presidenciais o objectivo deverá ser **assegurar a vitória de um candidato da democracia contra o/ou os candidatos reaccionários (incluindo Mário Soares).**

Ora já aqui nesta sala acabo de ler um papel de apoiantes de um candidato em que afirmam que querem um candidato, mas não um candidato apoiado pelo PCP.

Esta afirmação merece uma observação.

Uma vez que sem os votos dos comunistas é impossível vitória de um candidato da democracia, aqueles que querem avançar uma candidatura, rejeitando logo à partida e publicamente o apoio do PCP, não avançam uma candidatura para vencer, mas uma candidatura para ser derrotada.

Ora **nós pretendemos, não um candidato para perder, mas um candidato para ganhar.**

E é por isso, que entendemos que **não deve haver precipitações**, e que **a apresentação de uma candidatura da democracia para a Presidência da República deve estar segura do acordo ou do consenso verificado de todas as forças e sectores que têm de assegurar a vitória com o seu apoio e o seu voto.**

Mas não interessa muito desviar para as presidenciais as atenções e os esforços. **A tarefa da hora actual é alcançar a demissão do Governo Soares/Mota Pinto.**

É na luta com este objectivo que se devem concentrar forças e energias.

Quanto às eleições autárquicas, desde já se desenha como objectivo geral o reforço das posições do PCP e da APU.

Soares e a reacção já preparam «uniões sagradas» contra o PCP e a APU.

Isso exigirá de nós um pouco mais de trabalho.

Por toda a parte as nossas organizações começam a pensar na preparação das eleições. Aqui, na Assembleia da Organização Regional do Porto, vários camaradas, falando da tribuna, expressaram a sua confiança na possibilidade de novas vitórias. É um valioso compromisso que esperamos será cumprido.

Nas outras regiões, respira-se o mesmo entusiasmo e a mesma confiança.

Em breve, o PCP e a APU começarão os trabalhos preparatórios para as eleições autárquicas.

E também **não é para perder, mas para ganhar.**

Finalmente, quanto às eventuais eleições legislativas antecipadas.

É quase certo que, se vierem a realizar-se será num quadro partidário diferente do actual. Isto é: é quase certo que concorrerão, não só os partidos que agora existem, mas outros (ou outro) partidos democráticos, com possibilidades de alterar a correlação e a arrumação de forças, tanto na vida política em geral, como na Assembleia da República. A confirmar-se será sem dúvida um importante acontecimento político.

Mas uma coisa é absolutamente certa: **formando-se ou não se formando novos partidos democráticos, o reforço do PCP e das suas posições na Assembleia da República é indispensável e mesmo essencial para qualquer alternativa democrática.**

No caso de se realizarem eleições antecipadas teremos também de mobilizar e pôr em acção todas as nossas capacidades e energias.

Também **para ganhar.**

A política de unidade e o reforço do Partido

(...)

A política de unidade do Partido adquire, no momento actual, uma importância que pode ser decisiva.

Nós, comunistas, temos necessariamente de actuar e empregar os nossos melhores esforços para a unidade dos trabalhadores (muito particularmente no movimento sindical unitário organizado em torno da CGTP-IN), para a unidade no movimento camponês, para a unidade dos jovens, das mulheres e dos intelectuais, para a unidade em todas as organizações de massas e frentes de trabalho, para a unidade ou convergência da acção com todos os democratas e patriotas que estão contra a política deste Governo e por uma alternativa democrática.

A política de unidade exige de todas as organizações e de cada militante, não apenas «apelos à unidade» mas uma actuação quotidiana concordante com este objectivo.

A atitude nas relações directas com os aliados em todas as frentes assume particular importância.

Não abandonando firmes posições de princípio, os comunistas devem respeitar e ouvir os aliados, tratá-los como verdadeiros aliados, chamá-los constantemente a tomada de decisões e à acção comum.

O Governo e toda a reacção tudo fazem para dividir a classe operária, o povo, os democratas.

Respondemos com a nossa política de unidade porque todos nós sabemos que divididos podemos ser derrotados e **unidos, venceremos!**

(...)

Temos consciência do papel insubstituível que o nosso Partido desempenha na defesa dos interesses do povo, na defesa do regime democrático e das suas conquistas, na luta pela demissão do Governo Soares/Mota Pinto, por uma alternativa democrática e para que Portugal retome o caminho de liberdade, independência, e progresso social que a Revolução de Abril abriu.

Tudo faremos para estarmos à altura dessa responsabilidade.

São muitos e cada vez mais os portugueses e portuguesas que confiam no nosso Partido como o Partido da verdade, como o Partido do futuro.

Tudo faremos para estarmos à altura dessa confiança.

O Vitória para o Partido

Próximas iniciativas

Entre outras, estão programadas para os próximos dias as seguintes iniciativas no âmbito da campanha do Vitória.

Sábado, dia 8 — Excursão-convívio ao forte de Peniche, com almoço (participação de Dias Lourenço, da C. Política do PCP); almoço-convívio dos trabalhadores da JAE no CT de Alfama; jantar no Algueirão com Carlos Brito, da C. Política do PCP.

Domingo, dia 9 — Almoço-convívio em Paço d'Arcos, com Manuel Pedro, do CC; almoço em Casal de Cambra – Belas com a participação de Dias Lourenço; excursão à Marinha Grande, iniciativa da organização da freguesia dos Prazeres.

Dia 16 — Porta-a-Porta na Póvoa de S. Iria.

PCP

Sábado e domingo, em Braga

1.ª Assembleia da ORM do PCP

À hora a que escrevemos este breve apontamento, estavam já eleitos cerca de 350 delegados à 1.ª Assembleia da Organização Regional do Minho (ORM) do PCP, que decorrerá no próximo fim-de-semana, na cidade de Braga, sob o lema «Com o PCP, pelo Minho, por Abril».

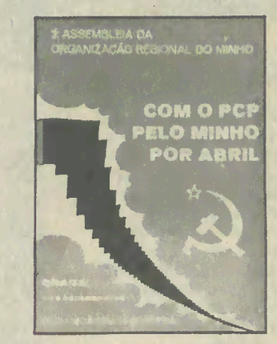
A actividade preparatória da importante Assembleia, realizada em torno de dois objectivos fundamentais — discussão do projecto de resolução política e eleição dos delegados — foi marcada por uma dinamização geral da actividade do Partido nos dois distritos minhotos (Braga e Viana).

Assim, e no quadro de avanços significativos nas campanhas nacionais em curso de reforço do Partido, é de salientar a realização das assembleias das células dos **Estaleiros Navais** e do **Hotel Ofir** e das organizações de **Esposende** (âmbito concelhio) e **Celeirós** (freguesia), entre outras.

A reactivação de várias células e organizações locais e a realização de iniciativas públicas, como a que decorreu há dias em Dume (Braga), com cerca de 200 pessoas, onde se registaram várias adesões ao Partido, são exemplos da intensa actividade que acompanhou a preparação e divulgação da Assembleia.

Os seus trabalhos têm início marcado para as 10 horas da manhã de sábado, no teatro da Escola Secundária de Sá de Miranda.

No domingo, dia 8, cerca das 15 horas, haverá um comício-festa de encerramento com a participação do camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. Nesta sessão pública será dada notícia das principais conclusões da Assembleia.



Construção Civil/CLL

No Centro Vitória efectua-se amanhã, a partir das 19 e 30, um plenário de militantes comunistas das empresas de construção civil da área do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP.

Comunistas soviéticos e portugueses convivem em Viana do Castelo

No passado sábado, no Centro de Trabalho do PCP de Viana do Castelo, realizou-se um convívio promovido pela Célula dos estaleiros navais e dirigido à participação dos camaradas soviéticos que se encontram nos barcos soviéticos em reparação naqueles estaleiros. No convívio, caracterizado pela elevada participação, animação e fraternidade, intervieram um camarada em representação da Célula, que salientou o importante papel da URSS para a estabilidade e para o funcionamento dos ENVC (pelas encomendas dirigidas à construção de barcos, mas também para a reparação naval) e um camarada soviético que sublinhou as relações fraternas de amizade entre os comunistas dos dois países, bem patentes tanto ontem como hoje.

Reunião da Concelhia da Feira do PCP

Com a presença do camarada Vidal Pinto, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, realizou-se no passado dia 24 de Novembro a Comissão Concelhia da Feira do PCP, onde foram analisadas as duras condições em que vivem os trabalhadores, atingidos pelo desemprego e o flagelo dos salários em atraso, que têm conduzido ao desespero e já a tentativas de suicídio. Daí a Comissão Concelhia do PCP da Feira concluir que «a quadra natalícia deste ano terá de continuar a ser de luta contra o aumento do custo de vida, contra o desemprego e os contratos a prazo, pela defesa dos direitos dos trabalhadores, pelo recebimento dos salários, do subsídio de Natal, do 13.º mês, **pelo derrube do Governo PS/PSD**».

Fez-se igualmente um balanço da actividade dos eleitos da APU nas autarquias do Concelho, concluindo que «esta é sem qualquer dúvida a mais consequente na defesa dos interesses das populações», sendo de salientar o trabalho realizado na Freguesia de Fiães, onde a Junta APU, apesar dos entraves governamentais ao não dar despacho a pedidos feitos pela Junta de declaração de terrenos de utilidade pública para se proceder ao alargamento do cemitério e à construção de escolas, o trabalho em prol das populações tem prosseguido com criatividade e determinação.

Assembleia de Organização de Apelação

No próximo domingo, com início às 10 horas na sala do Grupo Recreativo Apelaçonense, realiza-se a 1.ª Assembleia de Organização do PCP da Freguesia de Apelação, sob os lemas centrais **«Pelo reforço do Partido»**, **«Avante com Abril»**. Esta realização tem significativa importância política local, indo contribuir para o reforço e unidade da organização local do Partido e dos democratas e população em geral da Freguesia.

«Festa de Coimbra»: o livro

Já está à disposição do público a brochura que a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP editou na sequência da «Festa de Coimbra», promovida pelo nosso Partido e realizada no passado dia 10 de Novembro, no Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos.

Este trabalho, com excelente apresentação gráfica e ao preço unitário de 100$00, pretende ser, como se lê na nota de abertura, uma porta que «fica aberta» pois «vai haver mais Festas, virão mais amigos, haverá mais **olhares**» (a brochura tem exactamente o título de «Olhares sobre Coimbra»). Nela se podem apreciar trabalhos de Jorge Alarcão («As origens de Coimbra»), Joaquim Namorado («Tradições e circunstâncias de um "romance" coimbrão»), Maria Carmelinda Spranger («Arte Popular») e Louzã Henriques («Instrumentos musicais portugueses mais comuns na região de Coimbra»).

Freguesia da Moita

A eleição da nova Comissão de Freguesia do PCP é um dos pontos em agenda para a 2.ª Assembleia da Organização da Moita, a realizar no próximo domingo, às 10 horas, nas instalações da Sociedade Capricho Moitense. O camarada José Pedro Soares, membro do Comité Central, estará presente na iniciativa.

Deputado do PCP visita Oliveira do Hospital

No passado dia 19 de Novembro o deputado do PCP João Abrantes visitou o Concelho de Oliveira do Hospital, começando por ver as Escolas Preparatória e Secundária e a Escola Primária de Andorinha, onde as consequências da desastrosa política governamental se estão a fazer sentir com gravidade, nomeadamente na degradação das instalações, que a falta de verbas acelera rapidamente.

Foram igualmente visitadas as duas corporações de Bombeiros Voluntários do Concelho (em Lagares da Beira e na sede concelhia), onde se constatou as difíceis condições financeiras que estas enfrentam, nomeadamente em consequência de os Serviços Médico-Sociais não pagarem os serviços prestados pelos Bombeiros e os atrasos enormes no pagamento dos subsídios de combustível. Houve igualmente um encontro com a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e um contacto com o presidente da Junta de Freguesia de Bobadela (PSD), o qual apresentou alguns dos problemas que a Freguesia enfrenta, pedindo a ajuda do deputado do PCP para a sua resolução.

Finalmente a Comissão Concelhia do PCP lamentou em comunicado que algumas empresas do concelho houvessem levantado obstáculos e impossibilitado as visitas previstas às empresas, e os entraves levantados por alguns organismos oficiais, nomeadamente a Administração Regional de Saúde de Coimbra, que acabaria por impedir a visita ao Hospital Concelhio de Oliveira do Hospital.

Assembleia do PCP em Valada do Ribatejo

Realizou-se no passado dia 11 de Novembro a segunda Assembleia da Organização da Freguesia de Valada do Ribatejo do PCP, onde uma boa participação deu notas vivas à discussão dos principais problemas que afectam a Freguesia.

Os principais temas discutidos foram: o trabalho agrícola no vale do Tejo e os problemas que envolvem este sector na vida da população, onde o ponto alto foi a abordagem da questão da introdução das novas culturas no vale do Tejo.

As consequências das inundações na região de Valada, foi outro dos temas bastante discutido. As críticas levantadas ao actual Governo e aos anteriores, foram sucessivas, e afirmado que a resolução do problema passa pelo arranjo dos diques o que não mereceu por parte dos Governos reaccionários as melhores atenções. O papel da mulher na região, foi outro tema discutido na Assembleia — os problemas que as afectam, o aumento do custo de vida e o desemprego, que alastra cada vez mais e ameaça a população de Valada, principalmente as mulheres.

Por último foram discutidas as questões da organização do Partido na Freguesia, as dificuldades e as perspectivas para o futuro.

3.ª Assembleia da Célula da CGD de Lisboa

Também no passado, sábado, realizou-se a 3.ª Assembleia de Organização da Célula do PCP na Caixa Geral de Depósitos de Lisboa. Respigamos algumas das conclusões, nomeadamente a não aceitação do Programa de Recuperação Financeira e Económica (PRFE), dadas as implicações gravíssimas que tal acarretaria à empresa e aos trabalhadores da Caixa, a necessidade da defesa da Banca nacionalizada, lutando em conjunto com todos os outros sectores, como forma de garantir os postos de trabalho, de alargar a base de apoio nas estruturas unitárias e contribuir para a saída da UGT do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, e de defender os Serviços Sociais e os SAMs de molde a que não sejam postas em causa as conquistas sociais alcançadas.

Foi eleito o novo secretariado no sentido de melhorar o trabalho na célula e no Partido e igualmente sublinhado que a célula atingiu os objectivos definidos na campanha de recrutamento em curso.

PCP falou e deu que falar na AR dos Açores

Nos termos do estatuto da Região Autónoma dos Açores reuniu-se por direito próprio na sua sede, na Horta, no passado dia 10 de Novembro, a Assembleia Regional dos Açores, numa sessão preliminar que verificou os mandatos dos seus 44 deputados e elegeu a mesa. Quatro dias depois, e igualmente nos termos do estatuto, realizou-se a sessão solene de abertura presidida pelo ministro da República para os Açores, em nome do Presidente da República. A 15, 16 e 17 de Novembro a Assembleia Regional, reunida em plenário, discutiria e aprovaria o programa do Governo Regional dos Açores, que foi aprovado com 25 votos favoráveis do PSD e os votos contra do PCP, PS e CDS.

Como sublinha uma nota da SIP da DORAA do PCP, «este início da terceira legislatura da Assembleia Regional dos Açores foi marcado por um importante facto para a história do sistema autonómico dos Açores: pela primeira vez fez-se ouvir a voz do PCP no que é o mais importante órgão constitucional da Autonomia». O deputado do PCP, camarada Decq Mota, esgotando o tempo que o regimento lhe concedia, fez perguntas ao Governo, primeiro numa intervenção de fundo em que abordou questões institucionais e a política regional em geral (na qual denunciou a perversão do sistema autonómico que vem sendo realizada pelo PSD), depois numa outra sobre problemas económicas e sociais em geral e sobre questões da lavoura e pesca em particular, e finalmente uma terceira, conclusiva, na qual tirou as principais ilacções que o debate motivou e apresentou as propostas defendidas pelo PCP. Na declaração de voto o deputado do PCP recusaria o programa do terceiro Governo Regional, que, nomeadamente, considerou trazer «uma indisfarçável marca de classe favorável à pequena minoria que domina a economia regional».

«Ouvia-se assim — pela primeira vez na história da Assembleia Regional e pela voz do deputado do PCP — a defesa dos interesses dos trabalhadores e de todas as classes e camadas laboriosas das ilhas dos Açores», sublinha um documento da SIP da DORAA sobre esta questão.

É claro que a arbitrariedade pêpêdê já começou, nesta legislatura, tendo como alvo o PCP. Passou-se quando se constituíam as comissões permanentes da AR e quando a representação parlamentar comunista, aproveitando a possibilidade regimental de um deputado poder fazer parte de três comissões, se candidatou às comissões de Economia e Finanças, Assuntos Sociais e Assuntos Internacionais. Verificou-se então que a proposta apresentada pelo presidente da Assembleia e aprovada pelo PSD concebeu um tipo de organização e número de membros para cada comissão que relegou o deputado do PCP apenas para duas comissões — concretamente as de Organização e Legislação e Assuntos Sociais. Como na altura disse Decq Mota, à Assembleia Regional, na discussão dessa proposta, «o PSD porta-se como um camião pronto a esmagar os peões, sendo neste caso peões os legítimos direitos de cada deputado e de cada partido».

DORAA do PCP interroga PSD sobre as Flores

Devido ao facto de a SATA (a transportadora aérea açoriana) ter estado um largo período do mês de Novembro sem escalar o aeroporto das Flores por alegadas razões de màu tempo, a SIP da DORAA do PCP exigiu à administração da SATA e às autoridades regionais resposta concreta a algumas questões, nomeadamente por que se adiaram partidas para as Flores sem se aproveitar o bom tempo quando se sabe da instabilidade meteorológica naquela zona, quais as verdadeiras razões dos cancelamentos e por que permite a Secretaria Regional dos Transportes e Turismo «que estas questões sejam tratadas pela SATA com a leviandade que se verifica».

Interroga igualmente a DORAA do PCP «qual a atenção que o senhor adjunto para os transportes da Secretaria dos Transportes e Turismo dá aos problemas da ilha das Flores», a propósito da recusa do navio da CTM «João da Nova» (o único que de momento dispõe de câmaras frigoríficas para transporte de lacticínios e derivados) em embarcar produtos da Cooperativa de Lacticínios das Lajes e das Flores, que urgem seguir para Lisboa. Finalmente a SIP da DORAA do PCP «protesta veementemente contra o desprezo que é votado pelo Governo Regional às ilhas isoladas, e muito em especial à ilha das Flores».

13.º Congresso do PC Romeno

Realizou-se nos dias 19 e 20 de Novembro o 13.º Congresso do Partido Comunista Romeno. Um Congresso que assume particular importância para o povo romeno, pois testemunha também dos progressos obtidos nos 40 anos desde a vitória da revolução de libertação social e nacional que abriu uma nova era na história do país, e cujo aniversário se comemora dentro de três meses.

O Congresso reuniu mais de 3 mil delegados, que proferiram centenas de intervenções. Anteriormente, as teses apresentadas haviam sido debatidas com a intervenção de algumas centenas de milhar de militantes.

Entre as 108 delegações estrangeiras presentes, contava-se uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC e Vitor Castro, membro suplente do CC do PCP.

A presença da nossa delegação aos trabalhos do Congresso constitui objectivamente um contributo para o reforço das relações e da amizade entre os dois partidos e os dois povos.

O Congresso reflecte simultaneamente um balanço dos 40 anos da nova fase da história do país, uma apreciação dos resultados obtidos no quinquénio de 1981-85, e ainda as linhas de orientação para o desenvolvimento socio-económico do país no 8.º quinquénio, 1986-1990 e as perspectivas avançadas até ao ano 2000.

Um dos factos mais salientes neste conjunto de balanços e perspectivas é o salto histórico, fruto de profundas transformações revolucionárias, de um país agrário atrasado, para «um país agro-industrial, com uma indústria poderosa, moderna, e uma agricultura socialista, em pleno desenvolvimento», como vem referido no relatório. Um país que hoje consegue elevar os níveis de produção cerealífera a mais de 1 tonelada de cereais por habitante, e se empenha no desenvolvimento de indústrias tão importantes como a de maquinaria para extracção de petróleo e a indústria química.

«Em relação a 1945, a produção industrial do país é, em 1984, mais de 100 vezes superior, e a agrícola — quase 7 vezes O desenvolvimento num ritmo intenso de toda a economia nacional levou ao crescimento do produto social em 28 vezes e da renda nacional, em 32 vezes. A partir desta base tem-se elevado constantemente o nível de vida de todo o povo. Nestes quatro decénios, o fundo de consumo cresceu 22 vezes, criaram-se mais de 6 milhões de novos postos de trabalho, e aproximadamente 80% da população do país mudou para novas habitações».

Este o balanço de 40 anos, referido no relatório apresentado ao Congresso.

No que respeita ao actual quinquénio, é de assinalar, por exemplo, que «na base do que foi até agora realizado e das previsões para 1985, podemos considerar que no actual quinquénio serão postas em funcionamento mais de 1850 novas instalações produtivas. Uma realização da máxima importância, que demonstra a força da nossa economia nacional e, ao mesmo tempo, a imensa capacidade criadora do nosso povo, é a entrada em funcionamento, este ano, do Canal Danúbio-Mar Negro».

De assinalar também a particular atenção prestada ao desenvolvimento armonioso das diferentes regiões do país, o que leva a que «em finais de 1985, todos os departamentos realizarão uma produção por habitante de pelo menos 70 000 lei».

Entre as preocupações centrais para o futuro, o impulso à aplicação dos resultados da revolução técnico-científica à economia nacional. «Devemos cumprir decididamente os programas referentes à mecanização, automatização e robotização de todos os sectores económicos. Até ao ano de 1990, será concluída, em linhas gerais, a reorganização intensiva de todos os sectores. Será alcançado um nível geral da produção industrial romena, e da sua qualidade técnica, comparável à dos países economicamente desenvolvidos».

Planos que exigirão concentração de esforços e superação de dificuldades, mas que sem dúvida o povo romeno saberá levar à prática em seu benefício próprio.

Saudação do PCP

O CC do PCP enviou ao 13.º Congresso do PC Romeno a seguinte saudação:

Queridos Camaradas.

O Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao 13.º Congresso do Partido Comunista Romeno, e por intermédio dos seus delegados, a todos os comunistas, à classe operária e ao povo romeno, as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Nos 40 anos decorridos desde a sua libertação do jugo do nazi-fascismo, com a instauração do poder popular e a construção do socialismo, a Roménia, sob a direcção do PCR, conheceu um rápido desenvolvimento nos mais variados domínios, transformando-se radicalmente as condições de vida material e cultural do povo romeno. Nesta ocasião, queremos expressar-vos os nossos melhores votos aos trabalhos do 13.º Congresso do PCR e desejar-vos os maiores sucessos na edificação da Roménia socialista.

Nós, comunistas portugueses, consideramos a realidade dos países socialistas simultaneamente como a maior realização da época contemporânea e o mais importante factor da luta dos trabalhadores e dos povos pela sua emancipação social e nacional e em defesa da paz. Combatemos firmemente as campanhas de mentiras e calúnias anticomunistas e anti-soviéticas com que o imperialismo procura justificar a sua política agressiva e minar a confiança das massas nos ideais do socialismo. Valorizamos altamente as realizações e a política de paz e de solidariedade internacionalista da URSS e dos países da comunidade socialista. Expressamos a nossa solidariedade de princípio para com os países socialistas e outras revoluções triunfantes, independentemente da apreciação sobre o seu processo de desenvolvimento.

A política militarista agressiva conduzida pelo imperialismo norte-americano faz pesar sérios perigos sobre a liberdade e a independência dos povos de numerosos países e regiões do mundo e para a paz mundial. O imperialismo tenta a todo o custo alcançar a superioridade militar-estratégica sobre o campo socialista, desestabilizar e destruir revoluções vitoriosas, impedir o avanço irreversível e irresistível da luta libertadora dos povos, ameaça o mundo com o holocausto nuclear.

A situação internacional apresenta-se carregada de perigos impondo a vigilância e acção unida e resoluta de todas as forças do progresso social e da paz. Mas apresenta-se também plena de perspectivas. As grandes transformações revolucionárias das últimas décadas, a luta libertadora que se desenvolve em todos os continentes, o poderoso movimento popular pela paz na Europa e no mundo, constituem, para os comunistas portugueses, factores exaltantes de confiança no futuro da humanidade. Neste sentido consideramos de importância fundamental o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional, assim como o reforço da cooperação e solidariedade recíproca entre os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressistas.

Queridos camaradas.

Em Portugal, os comunistas portugueses, no quadro de um amplo e poderoso movimento operário e popular, prosseguem a luta em defesa das conquistas da revolução do 25 de Abril e do regime democrático que as consagra.

Apesar da ofensiva desencadeada desde há quase 9 anos contra as nacionalizações, a Reforma Agrária, as liberdades e os direitos dos trabalhadores, as conquistas da revolução portuguesa não foram destruídas, e estão bem vivas na realidade, na luta e no coração da classe operária e do povo português.

A política de recuperação capitalista e de submissão de Portugal ao imperialismo de sucessivos governos, continuada e intensificada pelo actual governo PS/PSD, mergulhou o nosso país numa profunda crise económica, social e política, agravou brutalmente as condições de vida das massas populares, põe em perigo as liberdades democráticas e a independência da nossa pátria.

Por isso apontamos como tarefa central e urgente do momento actual a destituição do actual governo antipopular e antinacional e a criação de uma alternativa democrática e patriótica, capaz de resolver os graves problemas nacionais, na continuação do Portugal de Abril. Na luta por estes objectivos, o PCP, o partido da classe operária, profundamente ligado às massas populares e contando com mais de 200 000 membros, emprega as suas melhores energias para estar à altura das grandes responsabilidades e do importante papel que lhe cabe na vida e na luta dos trabalhadores e do povo português.

Queridos camaradas.

Uma vez mais vos desejamos os melhores sucessos nos trabalhos do vosso 13.º Congresso. Ao mesmo tempo queremos expressar-vos a nossa determinação de continuar a agir para o desenvolvimento das relações de amizade, cooperação e solidariedade entre os nossos dois partidos, com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum do socialismo e da paz.

Viva o 13.º Congresso do Partido Comunista Romeno!

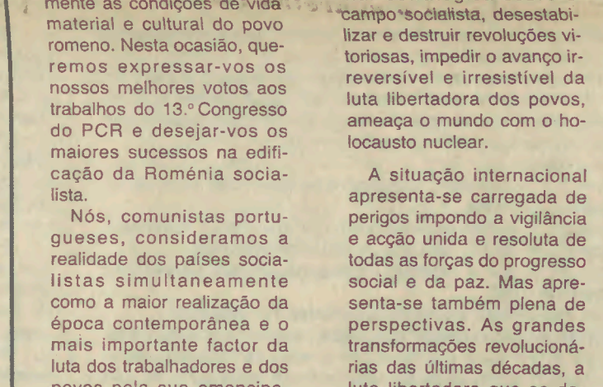
Viva a Amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Romeno!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Na Charneca da Caparica

Só falta acabá-lo!

Apesar de se encontrar ainda em construção, o Centro de Trabalho do PCP **de Charneca da Caparica (Almada) já é um local de reunião, de convívio e de trabalho! O que aqui se vê na foto representa 1700 horas de trabalho voluntário, tendo-se arranjado, só este ano e em campanhas de fundos (ofertas de materiais, iniciativas da organização local do PCP, quotas suplementares e contribuições várias), 303 000$00. Como se pode verificar, o primeiro andar já tem as paredes. É preciso completá-las com telhado! No próximo domingo vai realizar-se mais uma jornada de trabalho com almoço/convívio «acoplado». Não faltem! É preciso terminar em beleza o que já tão bonito está!**



Sessão-debate na Buraca

O camarada António Andrés, membro do CC e do Executivo da DORL, participa na sessão-debate que o Partido realiza no sábado, às 16 horas, no salão da Junta de Freguesia da Buraca. A sessão tem como tema «o PCP e a situação política actual».

6.ª Zona

No âmbito da actividade preparatória do encontro de quadros marcado para 20 de Janeiro, realizam-se no próximo sábado iniciativas de animação nos Centros de Trabalho do Lumiar e da Charneca. No primeiro (13 horas), trata-se de um almoço de confraternicação com passagem de filme. No segundo haverá magusto e exibição de dois filmes, estando o início deste convívio marcado para as 15 horas. Participa!

Juventude

2.º Congresso

15-16 DEZEMBRO, SACAVÉM

JCP

Juventude Comunista Portuguesa

Iniciativas

Aproxima-se o 2.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, marcado para o fim-de-semana de 15 e 16 deste mês no pavilhão do Sacavenense, nos arredores de Lisboa. Vários aspectos da programação da importante iniciativa estão já definidos e deles daremos conta aos nossos leitores na próxima semana.

Por agora, aqui deixamos uma rápida agenda com algumas iniciativas da actividade preparatória marcadas para os próximos dias em diferentes regiões do País.

Dias 5,6 e 7 – Exposição sobre a JCP e o movimento juvenil na Escola Secundária António Arroio, em **Lisboa.** No quadro desta iniciativa realiza-se hoje às 18 horas um debate no local sobre as propostas da JCP para o ensino secundário.

Dia 7 (amanhã) – Encontro juvenil sobre teatro e poesia, em Miragaia, **Porto**, às 21 e 30 h.

Dia 8 – Cicloturismo em **Setúbal**; encontro juvenil sobre meio ambiente, em **Rio Tinto** (Porto), às 15 horas; reunião da **Comissão Central da JCP**, em Lisboa.

Dia 9 – Reunião de delegados eleitos no Comité Local de **Lisboa**, às 15 horas; almoço-convívio no Ateneu de **Coimbra.**

Deputados do PCP no Cartaxo

Realizou-se no passado dia 12 de Novembro uma visita de deputados do PCP ao Concelho do Cartaxo, onde visitaram o Hospital Concelhio, o Centro de Saúde e o jardim de infância do Cartaxo.

Foi uma visita com o objectivo de se integrarem nos problemas das instituições e da população.

A visita decorreu na maior normalidade e os deputados ficaram a conhecer os diversos problemas que estas instituições enfrentam, verificando que não se vêem perspectivas novas de tão depressa serem resolvidas por parte do Governo e de outras autoridades ligadas aos sectores visitados.

Emigração

Associações de emigrantes contra o compadrio e a incompetência do Governo

Associações de trabalhadores emigrantes da região da Alsácia (França) enviaram recentemente aos órgãos de Poder, (Governo, Presidência e Assembleia da República) uma carta onde condenam a atitude tomada pela Secretária de Estado da Emigração, Manuela Aguiar, por ocasião de uma sua deslocação à cidade de Estrasburgo onde participou num seminário do Conselho da Europa.

As razões deste protesto resultam do facto de Manuela Aguiar ter ignorado por completo um pedido de audiência que lhe havia sido solicitado pelas Associações de emigrantes do Alto Reno com o intuito de dar a conhecer os problemas com que se debate a densa colónia de portugueses das cidades de Colmar e Mulhouse.

A Secretária de Estado — que se deslocara à cidade de Colmar para participar numa festa promovida pelo seu partido (PSD) durante a qual almoçou por largas horas com os seus correlegionários — permitiu-se assim, numa manifestação de desprezo e claro desrespeito, não responder às diligências efectuadas pelas Associações representativas da grande massa de trabalhadores emigrantes da região.

Este comportamento, que aliás não é inédito, suscitou uma onde de indignação junto dos portugueses da região, que acusam ainda Manuela Aguiar de só priveligiar, designadamente sob o aspecto financeiro, as associações que são afectas à sua ideologia política.

Mais de 400 trabalhadores emigrantes manifestaram-se recentemènte em Paris, junto ao edifício da nossa embaixada, para protestar contra a falta de apoio que o Governo português lhes dispensa.

Na carta onde expõem estes factos as associações de emigrantes portuguesas decidem ainda reclamar, dado o sectarismo e compadrio político revelados e a manifesta incompetência demonstrada, «medidas urgentes e adequadas» que ponham cobro a situações idênticas e a exoneração de Manuela Aguiar do cargo de secretária de Estado da Emigração.

Atitude ditatorial

Entretanto, também o Conselho das Comunidades Portuguesas em França, Área Consular de Estrasburgo, tomou uma posição pública sobre o assunto através de uma carta dirigida aos órgãos de soberania onde lamenta a «atitude ditatorial» de Manuela Aguiar que faz lembrar uma «época que continua bem marcada na memória de todos os democratas».

Depois de recordar que naquela Área Consular existem 39 Associações das quais somente três por razões de conveniência partidária, foram convidadas para participar numa reunião promovida pela secretária de Estado, a carta acentua que «mais uma vez os dinheiros públicos foram desviados» para servir interesses partidários, precisamente num momento em que «aumenta a miséria no País e na emigração os problemas se agravam dia a dia».

As declarações da dirigente do PSD a uma «rádio livre» de que Portugal «está em condições para acolher todos os emigrantes que queiram regressar definitivamente» foram também interpretadas pelo Conselho das Comunidades como uma «atitude provocadora» que classificam de «escandalosa» e que a juntar a tanta «demagogia», incompetência e compadrio político, justifica a imediata demissão das suas funções.

Trabalhadores

Funções sociais perto do irreparável

Lutar é preciso

● **Campanha contra os salários em atraso**
● **Manifestação dia 15 em Lisboa**
● **Acções na Segurança Social**

As funções sociais do Estado, que o Executivo deveria manter, não piorando pelo menos os serviços prestados à população, vão a caminho do irreparável. Olhe-se para o que sucede com o Ensino, a Previdência, a Segurança Social, a Saúde. A juntar à degradação acelerada das condições de vida, demonstrada nas manifestações e outras lutas da semana passada, há a degradação das condições de trabalho, em especial nas empresas com mais de mil trabalhadores e que, de um modo ou doutro, dependem de tutelas ministeriais e da banca.

O sector público da economia e o sector público administrativo juntaram-se nas ruas, fazendo convergir as suas lutas nos dias 28 e 29 de Novembro findo. Ressalvando sempre as especificidades de sectores e subsectores com problemas diferentes e soluções que exigem discussão singular, a pluralidade das lutas indica, no entanto, o mesmo **foco** donde emanam as responsabilidades principais pela incúria e o desgoverno do nosso país.

No próximo dia 15, no seguimento das fortes adesões verificadas nos sectores mais atingidos por esta política e por este Governo às jornadas de 28 e 29 de Novembro (ver **Suplemento**) as lutas nas suas formas mais variadas vão convergir novamente numa grande jornada nacional em Lisboa.

A sua preparação por todo o País exige que se recorde aqui a movimentação registada globalmente nos sectores empresariais e administrativos directamente dependentes do Governo e da sua acção corrosiva.

Na **Segurança Social** um oportuno e documentado Encontro efectuado em 29 e 30 de Novembro findo em Lisboa concluia que se revelava indispensável **«a realização de um vasto conjunto de acções de luta nos dias 17 e 18 de Dezembro»**.

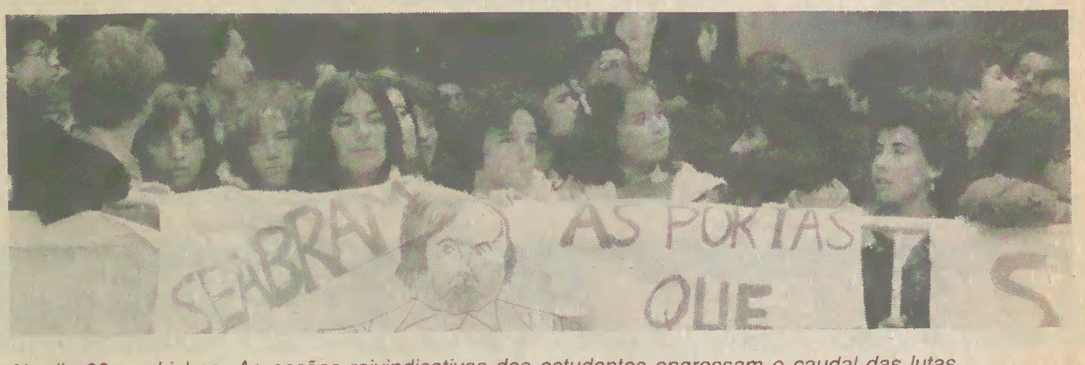
Organizado pelos sindicatos e outras organizações representativas dos trabalhadores da Função Pública, o **IV Encontro Nacional sobre «A Segurança Social e os Trabalhadores»** destacou nesse campo das acções de luta as seguintes:

• Realização de reuniões de 2 a 4 horas, ao abrigo da Lei Sindical, em 17 de Dezembro;
• Distribuição de comunicados à população no mesmo dia, esclarecendo sobre a luta dos trabalhadores e os efeitos negativos da acção da Secretaria de Estado para a população utente;
• **Vigília a partir das 19 horas do dia 17 até às 19 horas do dia 18 junto à Secretaria de Estado**;
• Entrega no dia 18 de Dezembro, na Presidência do Conselho de Ministros, aos deputados na Assembleia da República e, a nível nacional, a todos os governadores civis, presidentes das Câmaras, presidentes dos conselhos directivos, e outras hierarquias máximas dos Serviços de um documento expressando a situação que se vive presentemente na Segurança Social e a situação profissional dos seus trabalhadores.

A CGTP-IN, que entretanto apelava à participação na «campanha de solidariedade para com os trabalhadores com salários em atraso e contra o desemprego, a fome e a miséria», afirmou que as jornadas de 28 e 29 de Novembro tiveram «uma adesão muito superior à prevista» e marcou aquela campanha para o período de 10 a 22 do corrente.

As organizações dos professores, a nível sindical, reafirmavam entretanto que «os problemas da educação e do ensino têm solução» mas para isso é necessário, como foi reafirmado no início da concentração do dia 28, «uma nova política educativa que respeite os direitos dos professores e dos jovens».

Pelo volume dos interesses, direitos e garantias a defender nesses e em outros campos onde a política do Governo e o próprio Governo interferem directamente, prevê-se de novo uma forte e militante adesão em unidade às jornadas sindicais e de participação associativa (neste caso dos estudantes) previstas até 22 do corrente.



No dia 30 em Lisboa. As acções reivindicativas dos estudantes engrossam o caudal das lutas

Um elo de ligação

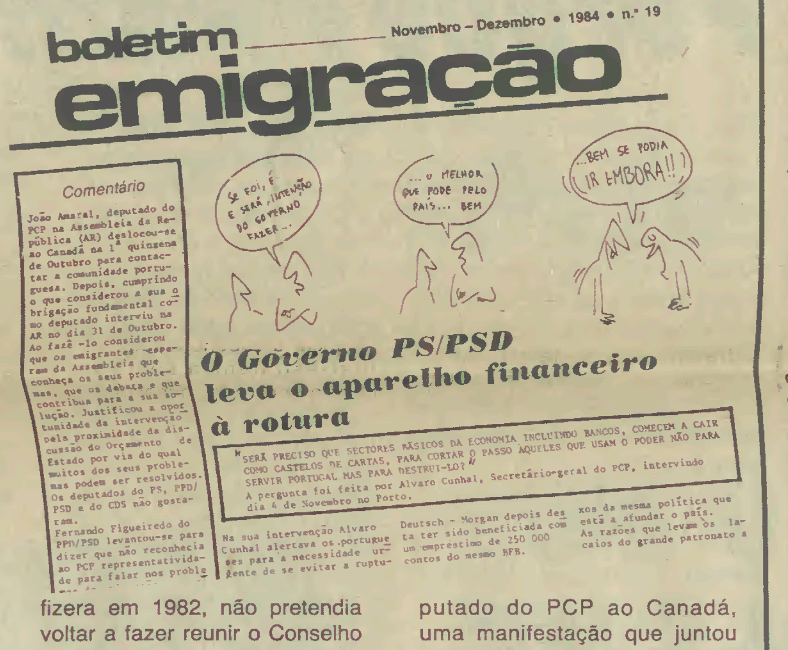
Encontra-se já a circular junto das comunidades de portugueses espalhadas pelos vários continentes mais um número do «boletim emigração», uma edição da Comissão para o Trabalho entre a Emigração do PCP.

Publicação bimensal, cuja regularidade e conteúdo informativo têm constituído um importante elo de ligação com a realidade nacional, o presente número oferece aos seus leitores, para além de uma abundante informação sobre os núcleos de emigrantes em diferentes lugares, uma pormenorizada análise sobre a situação económica e financeira do nosso País.

Um destaque particular vai também para a anulação da terceira reunião do Conselho das Comunidades, facto que levou a Assembleia das Comunidades Portuguesas na Europa, recentemente reunida em Paris, a decidir mover uma acção judicial à Secretária de Estado da Emigração por esta não ter convocado a reunião anual do referido Conselho, tal como prevê o decreto-lei que o institui.

No entender dos participantes naquela Assembleia a Reunião Mundial do Conselho não pode ser substituída pelo somatório das reuniões parcelares marcadas para os EUA, França e Brasil, tal como pretende o Governo.

Esta decisão de Manuela Aguiar, do PSD, só vem confirmar, segundo informa o «boletim emigração», notícias que têm vindo a circular nas comunidades portuguesas na Europa, segundo as quais esta Secretária de Estado, tal como o seu antecessor José Vitoriano fizera em 1982, não pretendia voltar a fazer reunir o Conselho em 1984.



boletim emigração — Novembro – Dezembro • 1984 • n.º 19

Comentário

João Amaral, deputado do PCP na Assembleia da República (AR) deslocou-se ao Canadá na 1.ª quinzena de Outubro para contactar a comunidade portuguesa. Depois, cumprindo o que considerou a sua obrigação fundamental como deputado interviu na AR no dia 31 de Outubro. Ao fazê-lo considerou que os emigrantes esperam da Assembleia que conheça os seus problemas, que os debata e que contribua para a sua solução. Justificou a oportunidade da intervenção pela proximidade da discussão do Orçamento de Estado por via do qual muitos dos seus problemas podem ser resolvidos. Os deputados do PS, PPD/PSD e do CDS não gostaram. Fernando Figueiredo do PPD/PSD levantou-se para dizer que não reconhecia ao PCP representatividade para falar nos proble...

O Governo PS/PSD leva o aparelho financeiro à rotura

"SERÁ PRECISO QUE SECTORES BÁSICOS DA ECONOMIA INCLUINDO BANCOS, COMECEM A CAIR COMO CASTELOS DE CARTAS, PARA CORTAR O PASSO AQUELES QUE USAM O PODER NÃO PARA SERVIR PORTUGAL MAS PARA DESTRUÍ-LO?"
A pergunta foi feita por Alvaro Cunhal, Secretário-geral do PCP, intervindo dia 4 de Novembro no Porto.

Na sua intervenção Alvaro Cunhal alertava os portugueses para a necessidade urgente de se evitar a ruptu-... Deutsch - Morgan depois desta ter sido beneficiada com um empréstimo de 250 000 contos do mesmo BFB. ...xos da mesma política que está a afundar o país. As razões que levam os lacaios do grande patronato a ...

Entre os motivos de interesse que este número tem para oferecer aos seus leitores conta-se ainda, entre outros, o relato da deslocação de um deputado do PCP ao Canadá, uma manifestação que juntou mais de 400 portugueses perto da nossa embaixada em Paris, o escândalo Flick e as suas ligações com a Península Ibérica e a situação na África do Sul.

Preocupados com as cedências do Governo ao imperialismo, emigrantes portugueses em França exigem a desnuclearização da Península Ibérica

Desnuclearizar a Península

Inserida no movimento pela desnuclearização da Península Ibérica, pelo desarmamento e pela paz, realizou-se recentemente em Montreuil, arredores de Paris, um encontro que juntou mais de 300 emigrantes portugueses e espanhóis.

A iniciativa partiu da Associação Pablo Picasso e da Associação dos Originários de Portugal, tendo a jornada proporcionado agradáveis momentos de convívio num ambiente onde imperou a fraternidade.

No final os participantes aprovaram por unanimidade e aclamação um documento onde dão conta das suas profundas preocupações pelas consequências que poderão advir para a humanidade da actual corrida aos armamentos, exigindo ao mesmo tempo a negociação e o congelamento de todas as armas nucleares e de destruição em massa.

A luta em cinco distritos

Adesão invulgar no sector metalúrgico e metalomecânico

A FSMMP (Federação sindical de metalurgia e metalomecânica) que divulgou os resultados da jornada de 29 de Novembro no sector (ver **suplemento**) refere-se a «uma primeira amostragem» da adesão em cinco distritos, que variam conforme as empresas, entre os 60 e os 100 por cento. Destacando um conjunto de 29 unidades industriais de Braga, Lisboa, Santarém, Setúbal e Porto, a Federação, de âmbito nacional como se sabe, refere 6 entre 9 empresas do distrito de Setúbal com paralisações a 100 por cento, a saber: Equimetal, Lisnave, Casa Capucho, Cooperadora, Entreposto e Siderurgia Nacional. As três restantes do mesmo distrito que não pararam a 100 por cento são, segundo a FSMMP, a Parry & Son (99%), a Sociedade de Reparadora de Navios (85%) e a Mompor (95%). Estes números revelam bem a situação do sector. Trata-se de algumas das maiores empresas nacionais e nacionalizadas, que este Governo trata de inviabilizar.

O mesmo sucede com as restantes unidades de produção da metalurgia e metalomecânica citadas pela Federação, nomeadamente no Porto — seguem-se as percentagens verificadas nas paralisações: Companhia Portuguesa de Cobre (80%); Sepsa (70%); Secca (95%); Eurofer (60%) e Siderurgia da Maia (100%).

Em Santarém, Braga e Lisboa, incluindo empresas de menor dimensão, registaram-se também, segundo a mesma lista assinada pela Comissão Executiva do Conselho Nacional da FSMMP, as seguintes adesões: **Santarém**: Branco e Carvalho (99%); V.M. (95%); Metalúrgica Benaventense (90%); Metalúrgica Costa Nery (75%); Fundição Tomarense (100%) — **Braga**: Cromolite (70%); Franqueira (70%); Ramoa (60%); Cachapuz (90%); Fumbral (73%) — **Lisboa**: Frinil (70%); Metalúrgica Luso-Italiana (85%); Mague (80%); Sorefame (85%) e Argibay (60%).

A Federação sindical dos metalúrgicos sublinha, por outro lado, a adesão às acções de rua, designadamente as da **Amadora** (trabalhadores da Sorefame, Gazina, Cometna e Fiat, entre outros); **Barreiro** («mais de 5 mil trabalhadores em desfile e concentração); **Almada** («mais de 10 mil trabalhadores, designadamente da Lisnave, Parry, SRN, CPP e Casa Capucho», em concentração e desfile na Cova da Piedade); **Seixal** (acções de sensibilização pública no cruzamento do Seixal e na Amora); **Setúbal** («em dois desfiles pelas ruas da cidade confluíram no Largo da Misericórdia vários milhares de trabalhadores vindos das empresas Setenave, Entreposto, Fri-Sado, Renault, Movauto, Tecnisado, Tecnitools, Cooperadora, Mecânica Setubalense, Ima, Outão, Tir, Elmo 2001, entre outras».

Os organismos representativos dos trabalhadores da **Quimigal**, **Petrogal** e **CNP** reuniam, entretanto, com a comissão de economia, finanças e plano da Assembleia da República. As dívidas estatais só à Petrogal atingem os 170 milhões de contos. Segundo a Federação sindical do sector, a mesma empresa «suporta cerca de 17 por cento de toda a dívida externa portuguesa».

Importância estratégica

Quanto à **Equimetal** e à **Sorefame**, a FSMMP assinala a «importância estratégica» destas empresas da metalomecânica pesada, pelo que acaba de convidar os grupos parlamentares e as comissões parlamentares da economia, plano e trabalho, assim como a comunicação social, para uma visita às respectivas unidades industriais no Barreiro, Amora e Amadora, onde os trabalhadores se defrontam com salários em atraso, insegurança do emprego e a ameaça de despedimento que pesa sobre 1700 dos seus companheiros de trabalho. No seu conjunto essas empresas empregam actualmente perto de 5000 trabalhadores. Segundo o FSMMP, o Instituto de Participações do Estado (IPE) pretende constituir um "holding" com a Sorefame, a Equimetal e a Mompor.

Terra

Luta nos campos vai continuar!

● *Balanço de Jornada Nacional de Protesto confirma extraordinário êxito*

«Um verdadeiro êxito não só para a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) como para a lavoura» quer pelo elevado número de agricultores que mobilizou, quer pela diversidade de acções e pelo âmbito dos problemas tocados, quer ainda pelo reforçar da consciência da sua força enquanto classe unida e disposta a lutar pela defesa dos seus interesses, tal é, em síntese, a apreciação que a direcção da CNA faz da Jornada Nacional de Reclamação e Protesto da Lavoura que recentemente promoveu em todo o País.

Os resultados desta acção nacional foram dados a conhecer na passada semana, em Lisboa no decorrer de uma conferência de imprensa que contou com a presença de vários dirigentes daquela organização, os quais fizeram um balanço da iniciativa que mobilizou mais de 15 000 agricultores em 34 movimentações da lavoura abrangendo 15 distritos do País.

Conforme foi salientado pelos dirigentes da CNA a firmeza dos agricutores obteve desde logo alguns resultados como sejam o ter forçado o Ministério da Agricultura a prometer o subsídio de gasóleo e a não aumentar os preços dos adubos e das rações, bem como a não permitir a importação da carne de porco.

Particular realce foi dado também à crescente tomada de consciência evidenciada pelos homens do campo em todo o País relativamente à importância da unidade e da luta, enquanto meios para «fazer respeitar os seus direitos e interesses».

Reveladoras dessa combatividade estão as acções levadas a cabo pela primeira vez nalguns locais, como sejam os cortes de linhas férreas (Barroselas, Viana do Castelo e Paresdes) a que se juntaram vários outros tipos de iniciativas como concentrações e plenários, desfiles, debates e distribuição de documentos, todos eles com um propósito comum: sensibilizar os órgãos de soberania e a opinião pública para os graves problemas que afligem a lavoura.

Mas se a satisfação de algumas reivindicações se podem indiscutivelmente desde já considerar como uma vitória dos agricultores em resultado da sua actuação, tal não significa, contudo, que estes e suas organizações representativas baixem os braços, deixando ao cuidado de outros o prosseguimento da luta.

A esmagadora maioria dos problemas continua por resolver.

Os agricultores não são ouvidos e a agricultura não é apoiada. Daí que, para o ano de 1985, os produtores exijam a negociação dos preços na base de um aumento de 30 por cento; a garantia de escoamento da produção e de que não serão decretados novos aumentos dos factores de produção; a aplicação de um plano de emergência para a defesa dos gados; a defesa da actual lei dos baldios e do Arrendamento Rural; créditos fáceis e desburocratizados com juros acessíveis; investimentos e subsídios que promovam o aumento da produção agrícola.

Poder local

Feira – trabalho que dá frutos

A Coordenadora da APU da Feira saudou a aprovação pela AM da integração daquele concelho na Associação de Municípios do Douro Litoral Sul, cujo primeiro objectivo é o de fornecer a água aos municípios aderentes. Na Feira — onde só em 2 das 31 freguesias a população dispõe de água ao domicílio — foram os eleitos da APU que começaram por reprovar a formação de uma empresa dita intermunicipal com objectivos idênticos — de facto destinada a beneficiar não as populações mas uns tantos senhores farejando o lucro.

Também a concelhia da Feira do PCP, fazendo um balanço da actividade dos eleitos da APU no concelho e nele destacando a oposição tenaz à tal «empresa intermunicipal» e a defesa que fizeram da adesão à Assembleia de Municípios regional, considera a sua acção globalmente «a mais consequente na defesa dos interesses das populações». E salienta naturalmente o trabalho da Junta APU de Fiães, apesar dos inúmeros entraves levantados pelo Governo, nomeadamente à declaração de utilidade pública de terrenos, permitindo o alargamento do cemitério e a construção de escolas, necessidades das mais prementes da freguesia.

Vale de Cambra – o inquérito que a justiça impõe

Mesmo em casos de maiorias PSD/CDS — assim em Vale de Cambra — nem sempre é possível conter portas adentro de gabinetes e serviços as vagas de corrupção. Pior ainda quando as comadres se zangam! Em comunicado recente, a APU concelhia comenta «o monumental escândalo» que foi a sessão pública da Câmara de Vale de Cambra de 30 de Outubro: os factos ali revelados denotam corrupção, compadrio e má gestão a que urge pôr cobro.

A APU considera assim que deve ser a própria Câmara a pedir o inquérito, a contribuir para o total esclarecimento dos factos e a divulgar ao povo do concelho as suas conclusões.

Loures – o inquérito que o PS montou

O «inquérito» à Câmara APU de Loures, há tanto almejado pela direita, como se sabe aí está. E, como seria de imaginar, vai de vento em popa: ilegalidades mais que muitas, e uma «operatividade» que finalmente reabilita o Governo!

Segundo comunicado emitido pela Câmara na passada segunda-feira, o inquérito — que havia sido determinado por despacho da sra. secretária de Estado em 16 de Novembro — apoiar-se-ia numa inspecção ordinária à CM de Loures; por despacho do dia 26 dos Serviços de Inspecção do Ministério é, no entanto, para além do inquérito, «inspecção aos órgãos e serviços do Município de Loures, com referência aos mandatos anterior e actual» (e porque não aos tempos do PS, já agora?).

Para que tudo se esclareça como é do desejo do Governo (e da Câmara — que não quer tirar o sono a ninguém...), apesar do recurso interposto pela CM de Loures, por manifesta ilegalidade, para o Supremo Tribunal Administrativo, de cuja decisão o início do inquérito dependeria, o presidente do Município **autorizou** que os inspectores mandados pela Secretaria de Estado começassem... a inspeccionar.

Mas é ainda de notar a estranha coincidência deste rasgo secretarial com a multiplicação de comunicados e notícias difundidos pelo PS, quer local quer com a chancela FAUL: não apenas aplaudem, como é de seu papel, mas vão mais longe e já apelam à sra. secretária de Estado (por coincidência, também do PS — mas isto de PS é tão grande que só mesmo por escrito!) — apelam eles para que se «accionem os mecanismos» (que legalmente a sra. secretária de Estado, ou o MAI, ou o Governo, não possuem) para proceder à declaração de perda de mandato dos eleitos da APU — como se sabe, eleitos pela grande maioria da população do concelho.

E esta?

Minho – mais 30% para as autarquias

Na Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão foi aprovada por maioria uma moção proposta pela APU reclamando do Governo que a verba para as autarquias no próximo Orçamento do Estado para 85 seja acrescida relativamente a 1984 de, pelo menos, mais 30 por cento. Votaram a favor, além da APU, os eleitos do PSD e CDS e alguns do PS. Grande número de eleitos do PS abstiveram-se ou votaram contra.

Também na assembleia de freguesia de Gualtar (Braga), por proposta da APU, foi aprovada, aqui por unanimidade, moção semelhante, bem como na reunião realizada na Câmara de Braga, também por proposta do vereador da APU.

Faro: «presidente por acidente»...

É uma vigançazinha pequenina mas feiinha esta do sr. Negrão, «presidente por acidente» (como lhe chama a DORAL do PCP) da Câmara de Faro — e isso não só porque era segundo nome da lista da ex-AD que ali obteve a maioria...

Em três palavras: o sr. Negrão deu o dito por não dito e acabou por recusar oito-mesas-oito que cedera à DORAL para domingo passado. A cedência fora-lhe pedida por virtude da realização da Assembleia da ORAL; fazia jeito, mas não consta que a falta das oito mesas tenha emsombrado o êxito da Assembleia, mesmo que alguém tenha tido que se sentar no chão.

Mas vale a pena contar porquê a nega.

O sr. Negrão, que é presidente-por-acidente mas PSD a preceito (por quanta festa e festinha do seu partido não andaram já essas e muitas outras mesas, materiais diversos e mão-de-obra da Câmara?) cedera as mesas, sim, mas **antes** de saber que tem um processo em tribunal por clara violação da Constituição quando decidiu mandar proceder à «limpeza» da cidade de Faro de propaganda política, fazendo uma interpretação fascizante de uma antiga postura camarária e orelhas moucas à Câmara e Assembleia Municipal onde a ilegalidade que cometia lhe foi demonstrada.

Em vão. Confundirá o sr. Negrão preceitos constitucionais com conselhos de amigos — ou perseguição de «inimigos»?

Internacional

AMÉRICA LATINA

A democracia telecomandada pelos EUA

As origens e motivações de certos comentários surgidos na comunicação social do mundo capitalista...

Aspecto das eleições na Nicarágua, que os EUA tudo fizeram para desacreditar

O Conselho nacional de segurança dos Estados Unidos, o organismo consultivo mais importante da presidência norte-americana, de que fazem parte os secretários de Estado e da Defesa, bem como os directores da CIA e da Agência de espionagem do Pentágono, analisou no passado dia 30 de Outubro um documento secreto que fazia o ponto da situação na América Central e definia a estratégia diplomática dos EUA face à Nicarágua.

A existência daquele documento foi referida nos princípios de Novembro pelo «Washington Post», mas foi o jornal da Frente Sandinista, «Barricada», que recentemente o publicou na íntegra. Para quem tenha dúvidas de que o conceito de democracia tem para a administração Reagan um significado muito particular, o texto em questão vale pelos melhores argumentos.

Nós aniquilámos os esforços nicaraguenses e mexicanos para apressar a assinatura de um acordo pouco satisfatório da Contadora — afirma-se no documento em questão, referindo-se ao plano de paz para a América Central. E prossegue, de modo a que não restem dúvidas: **A administração** (Reagan) **é oficialmente contra a assinatura de um protocolo, quer em princípio quer especificamente, no caso da Contadora.**

Seria difícil exigir maior clareza. O projecto de paz de Contadora, fruto de negociações e debates entre diversos países da América Latina, durante quase dois anos, e que os EUA saudaram confiantes de que a Nicarágua não o aceitaria, deixou de ter qualquer interesse a partir do momento em que os dirigentes sandinistas se comprometeram a assiná-lo.

Que as manobras de bastidores destinadas a inviabilizar a assinatura do projecto corriam a mando de Washington, já se sabia, mas que tal conste de documentos secretos é útil para o desmascaramento total da demagogia de Reagan, que nunca teve intenção de contribuir para uma solução pacífica dos problemas da América Central.

A necessidade de apresentar uma imagem dialogante a nível internacional, enquanto na prática prossegue a política de força e intervenção não declarada, preside do mesmo modo às negociações «secretas» que os EUA mantêm com Manágua, como de resto os sândinistas têm denunciado.

Mas o documento secreto divulgado pelo «Barricada» fornece ainda outras informações úteis. Revela, por exemplo, que **foi elaborado um documento cujo tema é o carácter antidemocrático das eleições** (na Nicarágua). **As primeiras cópias** — diz — **já foram distribuídas a jornalistas escolhidos, e outras serão entregues a membros escolhidos do Congresso que comentarão as eleições.**

Se alguém acreditou na sinceridade ou espontaneidade das críticas feitas às eleições de 4 de Novembro último na Nicarágua tem aqui o merecido correctivo para tamanha ingenuidade...

A informação à comunidade internacional

Um dos capítulos do citado documento refere-se **aos planos para informar a comunidade internacional: vamos contactar dirigentes destacados, dentro e fora dos governos, tanto na Europa como na América Latina para que façam declarações públicas condenando as eleições na Nicarágua. Podem conseguir-se declarações úteis da parte de funcionários, dirigentes de partidos políticos, intelectuais, líderes religiosos e sindicalistas.**

Como se vê, todo um esquema previamente montado para desacreditar as primeiras eleições livres na Nicarágua. Nem sequer a posição do Vaticano foi esquecida: **prosseguiremos a posição do Vaticano** — diz o documento — **após a sua última declaração condenando a perseguição da Igreja na Nicarágua. Os contactos com a imprensa na Europa e na América Latina devem pressionar a publicação de editoriais contestando a validade das eleições.**

O que fica disto é mais do que suficiente para avalizar as pressões políticas e a manipulação da opinião pública orquestrada pela administração Reagan, enquanto prosseguem os ataques armados à revolução sandinista.

E também, por extrapolação em sentido inverso, para imaginar a que malabarismos não recorrem os Estados Unidos para fazer crer na «liberdade» e «democracia» com que se registam eleições e processos de democratização nos países que ficam sob a sua alçada.

Como o caso de Granada, por exemplo, onde sob a vigilância de marines e militares dos países das Caraíbas fiéis a Washington, se realizaram eleições na passada segunda-feira.

Eleições libérrimas e democratíssimas, está bom de ver, num país ocupado militarmente pelos EUA há mais de um ano...

A lisura do processo eleitoral em Granada foi tamanha que até se espera que o vencedor incontestado seja Helbert Blaize, candidato pelo Novo Partido Nacional (NNP) e preferido pelos norte-americanos! Refira-se que o NNP resultou de uma coligação de três pequenos partidos ditos de centro-direita, cozinhada pelos três países da região mais estreitamente ligados a Washington: Barbados, Santa Lucia e S. Vicente.

Segundo os comentadores (certamente dos escolhidos pela Casa Branca), o papel do NNP é evitar de novo a subida ao poder de Eric Gairy, tenebrosa figura que durante vinte anos semeou o terror em Granada através da acção dos tristemente célebres «Mongoose Gangs», versão local dos esquadrões da morte. Diga-se de passagem que Eric Gairy reiniciou a sua actividade política desde que os norte-americanos invadiram Granada, em Outubro do ano passado.

Pelo que é mais do que legítimo pensar que, embora preferindo um Primeiro-Ministro menos marcado do que Gairy, os Estados Unidos deixaram que as forças da reacção interna disputassem entre si a vitória eleitoral, cozinhada à boa maneira dos velhos tempos. Apesar de tudo, tem de haver alguma liberdade para os amigos...

Da Casa Branca para Granada chegarão certamente as primeiras felicitações pelo «retorno à democracia».

Convenção de Lomé

Uma «ajuda» muito peculiar

Após laboriosas negociações, vai ser assinada no próximo sábado, dia 8, na capital do Togo, a Terceira Convenção de Lomé (Lomé 3), acordo conjunto sobre comércio e ajuda dos países da Comunidade Económica Europeia a 64 países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), que deverá entrar em vigor em Fevereiro do próximo ano.

O acordo, que à semelhança dos anteriores terá a duração de cinco anos, estipula que a dotação financeira da CEE será de 8,5 mil milhões de «ecus» — unidades monetárias convencionais — que representam, ao câmbio actual, cerca de 6,3 mil milhões de dólares. Os fundos da anterior convenção foram de 5,53 mil milhões de «ecus» pelo que, em termos reais, tendo em conta a inflação e o aumento da população dos países da ACP, Lomé 3 representa um pequeníssimo aumento.

A questão financeira, tendo estado na base das difíceis negociações realizadas em Bruxelas, coloca de novo na ordem do dia o debate sobre o verdadeiro alcance das Convenções de Lomé, apresentadas pelos países do ocidente como um exemplo a ser imitado no diálogo «norte-sul» e como uma prova da **atitude positiva e construtiva** do imperialismo face às reivindicações dos países em vias de desenvolvimento no que respeita à criação de um sistema de relações económicas internacionais mais justo.

Mas será de facto assim? Será que as Convenções de Lomé constituem um contributo sério para a reestruturação das relações económicas internacionais numa base justa e democrática?

As referidas convenções assentam no compromisso dos países da CEE em prestarem auxílio financeiro e técnico, em condições vantajosas, aos países da ACP, sendo esse auxílio distribuído através do Fundo Europeu de Fomento e do Banco Europeu de Investimentos, cujas verbas são constituídas por contribuições dos governos dos «dez».

Preconiza-se desta forma a implementação do chamado sistema «stabex», que prevê a estabilização das receitas em divisas dos países da ACP provenientes das exportações das suas mercadorias, em particular matérias-primas, para a CEE. O sistema consiste em conceder aos países em vias de desenvolvimento associados à Comunidde Económica Europeia créditos sem juros ou dotações (no caso dos países menos desenvolvidos), quando se reduzam mais de 6,5 por cento (ou 2,5 por cento para os que enfrentam maiores dificuldades) as receitas provenientes das exportações de uma das 47 mercadorias seleccionadas, em comparação com o nível médio dos 4 anos anteriores. Essas verbas devem no entanto ser reembolsadas quando as receitas das exportações aumentarem.

Ajuda ou dependência?

De acordo com os especialistas, o sitema «stabex» apenas funcionou satisfatoriamente no período da Convenção de Lomé — 1, tendo falido logo que se começaram a sentir os efeitos da crise económica do sistema capitalista, com a diminuição da procura e a acentuada baixa dos preços das matérias-primas.

Basta dizer que em 1980 apenas foram satisfeitas 53 por cento dos pedidos de compensação feitos pelos países associados. Em 1981 esse número baixou para 50 por cento e, em 1982, para 40 por cento.

Não se pretende afirmar que o sistema não ofereça algumas vantagens aos países da ACP; o que se questiona é o preço que se paga, a médio e longo prazo, por tal ajuda.

Acontece que o sistema em vigor nas Convenções de Lomé submete, na prática, as economias dos países em desenvolvimento às necessidades das economias dos países da CEE, contribuindo para a manutenção do regime de monocultura dos países associados, com todas as implicações inerentes.

É por demais evidente que esta situação agrava a dependência dos países em vias de desenvolvimento do fornecimento de víveres pelo Mercado Comum, impedindo a tomada de medidas de fundo susceptíveis de acabar com o problema da fome e subnutrição que flagela os povos desses países.

Importa também salientar que a formal «zona livre de comércio» entre os países da ACP e a CEE vai pouco além da formalidade. Os dados estatísticos disponíveis revelam que a contribuição dos países em vias de desenvolvimento para as importações do Mercado Comum foram de **8,2 por cento em 1972, tendo baixado depois de 7,1 por cento em 1977 para 5,5 por cento em 1981**.

Fome em África; afinal, quem ajuda quem?

Não é difícil concluir que a situação de dependência existente no âmbito das convenções de Lomé é uma porta aberta a todo o tipo de pressões; pressões a que os países da ACP, **cuja dívida externa global é de cerca de 50 mil milhões de dólares**, são extremamente vulneráveis.

Acresce ainda que as «relações especiais» da CEE com os países da ACP estão longe de ser beneméritas. Segundo afirmou Edgard Pisani, membro da Comissão das Comunidades Europeias para o Fomento e Cooperação, **por uma unidade monetária convencional de ajuda, a CEE aumenta as suas exportações para os países da ACP em 10 unidades!**

Afinal, quem ajuda quem? A fome existente no mundo, em particular em África (a quem dedicamos um artigo no Suplemento), serve de resposta.

Encontro em Genebra
Porquê? Para quê?

Dias 7 e 8 de Janeiro realiza-se um encontro oficial entre Andrei Gromyko e George Shultz, no âmbito da reabertura de negociações globais sobre ármas nucleares e armas cósmicas, entre a União Soviética e os Estados Unidos. No comunicado conjunto divulgado simultaneamente em Moscovo e Washington, sublinha-se que os dois países «chegaram a acordo para iniciar novas negociações com o objectivo de atingir acordos mutuamente aceitáveis sobre o conjunto das questões relacionadas com os armamentos nucleares e cósmicos», acrescentando-se ainda que a reunião programada para Janeiro, em Genebra, se destina a «elaborar uma abordagem comum do objecto e dos fins das negociações».

Trata-se das primeiras negociações directas entre os dois países desde Novembro de 83, quando o início da instalação dos «Pershing-2» e dos «Cruise» na Europa determinou a retirada das conversações (assim esvaziadas de conteúdo) por parte da União Soviética. E só por si, esta possibilidade de reatamento de uma relação particularmente importante no contexto do clima político global nas relações internacionais — é importante.

Acresce que as conversações em vista têm um carácter diferente, novo, que poderá vir a abrir novas perspectivas de avanço no sentido do imprescindível desanuviamento no campo militar: trata-se de uma abordagem global de **todos** os armamentos nucleares e espaciais (note-se que, quando do debate sobre os novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa, um dos pontos de confronto foi exactamente a não consideração pelo Ocidente do carácter estratégico de tais armas em relação à URSS).

Com a globalização das conversações, torna-se possível não só ter simultaneamente em conta todos os factores como ainda avançar para a discussão de outras questões — fundamentais — como a proibição de ensaios nucleares, o compromisso de não utilização, em primeiro lugar, da arma nuclear, e outras, que facilitem o avanço no processo necessário de desanuviamento e segurança **mútua** a nível mundial.

Até agora tudo parece muito simples e lógico. Mas uma outra questão não menos pertinente se coloca: porquê o reinício das conversações, ou melhor dizendo, como foi ele possível? E ainda: quais os objectivos das partes em presença? Que peso tem nesta retomada do diálogo o movimento popular pela paz a nível internacional?

Que razões?

Da parte da União Soviética não é difícil descortinar as razões deste regresso a conversações com os Estados Unidos. A reafirmação de vontade de paz e mesmo medidas unilaterais como o compromisso de não-utilização em primeiro lugar da arma nuclear, são uma constante. Factos que andam ligados a uma realidade muito objectiva: numa sociedade de trabalhadores e em que os trabalhadores estão no Poder, ninguém, nenhum sector da população, nenhuma classe, está interessada na corrida aos armamentos.

Pelo contrário. Como recentemente reafirmou, no Congresso do PC Romeno, o camarada Cherbitski, secretário do CC do PC da Ucrânia, referindo-se às pretensões de superioridade militar por parte do imperialismo — «tudo isso está ligado a despesas consideráveis e desvia grande parte dos nossos recursos, mas não temos outra saída».

Trata-se entretanto de despesas relativas — ou seja: do mínimo indispensável para que o equilíbrio não seja violado, não abrindo assim campo a imprevisíveis aventuras da NATO e de Washington no empenho da reconquista de posições no essencial irremediavelmente perdidas. Na verdade, e apesar do crescimento de despesas militares no orçamento soviético (único elemento desse orçamento que a informação burguesa considerou digno de divulgação e comentário), a parte de tais despesas no conjunto orçamental é de 4,9 por cento: ou seja, de 19 063 milhões de rublos. Enquanto, por exemplo, para programas sócio-culturais, estão destinados cerca de 124 mil milhões de rublos, mais 8 milhões que em 1984.

O que é substancialmente diferente do que o que se passa nos Estados Unidos onde, nos quatro anos do primeiro mandato de Reagan as despesas militares dos EUA subiram 75% por cento, e foram acompanhadas simultaneamente de brutais cortes nas despesas sociais e de reduções nos impostos pagos pelo capital.

Factos indesmentíveis que nos levam à questão seguinte: que razões levam os Estados Unidos a um regresso à mesa de conversações?

E dificilmente se pode encontrar uma resposta diferente da do peso da pressão de massas — nos Estados Unidos, nos países da NATO, por todo o mundo. Pressão intimamente ligada à lógica da própria vida, da evolução técnico-científica, que ao pôr nos pratos da balança a sobrevivência da humanidade e do planeta, impõe como perspectiva única o desanuviamento e o desarmamento. *E aqui convém relembrar os esforços feitos por Reagan, ao longo da campanha eleitoral, para se transformar, aos olhos da opinião pública, de «falcão» em «pomba».*

A questão é: que regresso?

A União Soviética vai a Genebra por um lado exigindo o respeito pela igual segurança como base de negociações sérias, por outro garantindo, por moratória unilateral, a não-instalação de armas anti-satélite no Espaço, como prova do desejo de evitar a entrada «numa nova e perigosa espiral da corrida aos armamentos», como é destacado pela «Pravda».

Pelas declarações entretanto proferidas, os Estados Unidos também iriam para a reunião de Janeiro cheios de boa vontade. Por exemplo, o conselheiro de Reagan para a segurança nacional, Roberto McFarlane, comentou que «as perspectivas de êxito das negociações sobre as armas estratégicas são bastante boas». Entretanto o mesmo MacFarlane afirmaria também que a instalação dos novos mísseis norte-americanos na Europa vai continuar, pois, na opinião da administração Reagan, uma moratória no desdobramento dos mísseis norte-americanos «minaria as esperanças no controlo dos armamentos»...

E às declarações somam-se os factos e os documentos.

Por exemplo, da visita de há dias do chanceler da RFA e Washington, resultou um comunicado conjunto em que nomeadamente se afirma a manutenção «do programa previsto para a instalação de mísseis norte-americanos de médio-alcance na Europa» e ainda o reforço da NATO em termos de armamento convencional. E estas medidas são apresentadas de uma forma deveras significativa do espírito com que as conversações, o diálogo, a necessidade de equilíbrio e de mútua segurança são encaradas: «Isso tem a máxima importância e integra-se no contexto global do melhoramento das relações leste-oeste e do controlo de armas».

Ciclo vicioso?

Aparentemente, sim. Mas os factos não devem ser vistos de forma tão superficial. A verdade é que por toda a parte, e também aqui em Portugal, também na nossa vizinha Espanha, prossegue uma luta quotidiana contra o prosseguimento de uma política suicida de corrida aos armamentos. A verdade também é que os EUA sabem hoje, não só pelas palavras, mas pela sua concretização prática, que carregar no botão nuclear terá inevitáveis consequências sobre o seu território. A verdade é que Genebra é uma possibilidade, com data registada.

Negros americanos contra o apartheid

Representantes da comunidade negra norte-americana manifestam-se diariamente, há mais de uma semana, junto à embaixada da África do Sul em Washington, condenando o regime de apartheid e o apoio da administração Reagan às autoridades racistas de Pretória.

O racismo e o apartheid, bem como a ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul, foram igualmente condenadas na Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, através das intervenções de mais de quarenta países membros da Organização.

Pinochet aumenta a repressão

O ditador chileno Augusto Pinochet, partilhando certamente a máxima salazarista «todos não seremos demais...», aprovou no passado sábado um decreto que convoca os reservistas a reingressarem nas Forças Armadas, invocando a necessidade de reforçar o combate à «subversão» e ao «terrorismo».

A incapacidade da ditadura chilena para enfrentar o movimento popular em luta pela democracia manifesta-se assim uma vez mais, enquanto o país se transforma numa gigantesca prisão. Nos dias 27 e 28 do mês passado, em que a população levou a cabo mais uma jornada nacional de protesto, a capital do país, Santiago, transformou-se numa cidade ocupada militarmente. O que não impediu que ao cair da noite o já tradicional «concerto de caçarolas» ressoasse por todo o lado como um «requiem» para Pinochet.

A tensão provocada no país pela nova onda de repressão com que o regime procura abafar a contestação nacional — as prisões e deportações são aos milhares — poderá levar a breve prazo a que a oposição enverede por caminhos até agora inexplorados e de resultados imprevisíveis. De acordo com recentes declarações do presidente do Partido Democrata-Cristão, existe em certos sectores a ideia de fazer uma proposta de saída para a crise directamente aos militares, uma vez que são eles que têm o poder.

Só no mês de Novembro, a polícia racista de Pretória prendeu milhares de negros e matou centenas de outros.

Refira-se no entanto que o poder se mantém nas mãos dos militares graças à ajuda externa com que continuam a contar. Na semana passada, o Departamento de Estado norte-americano não teve escrúpulos em invocar razões económicas e humanitárias para apoiar a concessão ao Chile de mais um empréstimo de 125 milhões de dólares, através do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Reagan havia sido solicitado por vários congressistas a usar do seu direito de veto para impedir o empréstimo, como forma de protesto contra a repressão no Chile. Reagan não achou necessário protestar.

Madrid, «cadeia humana» pela Paz

Milhares de manifestantes participaram em Madrid numa imensa «cadeia humana» de 2,5 quilómetros de comprimento, ocupando a principal avenida da capital e exigindo: «Não à NATO, fora com as bases, neutralidade». O movimento de protesto foi organizado pela «Comissão Anti-Nato» e o «Comité de Acção Para a Paz e o Desarmamento». Cerca de 60 partidos políticos, sindicatos e associações aderiram à manifestação, exigindo o respeito pelo compromisso assumido pelo PSOE, hoje no governo e a denúncia do tratado de adesão à NATO.

Solidariedade com Cuba e a América Latina

Realizou-se em Lisboa, no teatro Vasco Santana, uma sessão de solidariedade com Cuba e os povos da América Latina, que contou com a presença do representante da embaixada de Cuba e o embaixador da Nicarágua do nosso país. Na sessão foi salientada a necessidade de uma mais ampla consciencialização, no nosso país, do que se passa na América Latina, e a necessidade de um movimento alargado de solidariedade.

Destacou-se ainda a interligação entre a solidariedade e a luta pela defesa dos interesses das massas trabalhadoras.

Cuba foi destacada como exemplo e «prova real» de como um povo pode resistir a todas as pressões e promover um desenvolvimento interno independente.